

# A luta pela independência de classe do proletariado

Tática e Estratégia do Partido  
Operário Revolucionário (POR)  
nas eleições presidenciais de 2022



**POR**  
PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

**MASSAS**

# Índice

Apresentação .....	3
Lutar pela independência dos sindicatos diante das eleições .....	7
Predomina na situação a corrida eleitoral.....	11
Por que o POR não defende a democracia em geral.....	14
Em defesa da estratégia de poder da classe operária, por um governo operário e camponês! .....	17
Tática e estratégia do POR diante das eleições.....	22
O que esperar das eleições? .....	24
Balanço parcial das eleições.....	30
Carta aos trabalhadores e à juventude oprimida .....	35
Novas composições no segundo turno .....	40
Um chamado do Partido Operário Revolucionário aos trabalhadores e à juventude oprimida.....	50
Lula vence as eleições presidenciais .....	55
O que significa um governo de frente ampla? .....	60
Derrotar os bloqueios e manifestações golpistas de Bolsonaro e seus seguidores.....	63
O significado do movimento golpista .....	65
Primeiros passos do governo Lula .....	68



# Apresentação

Este folheto é fruto da intervenção do Partido Operário Revolucionário nas eleições burguesas de 2022, no Brasil. Reúne Declarações, Cartas e Manifestos, publicados no Jornal Massas. O leitor perceberá a unidade entre o pensamento e a atuação prática do POR durante todo o processo, verificando a continuidade da linha política aplicada desde a chamada “Campanha Fora Bolsonaro”, com os atos massivos em 2021. Ao todo, são quinze textos, que vão de dezembro do ano passado até o balanço da vitória final do petista, incluindo uma análise do movimento golpista, com o bloqueio dos caminhoneiros e manifestações em frente ao quartéis, escolhidos por condensarem a tática e estratégia do POR diante da disputa polarizada entre Lula e Bolsonaro.

A democracia burguesa no Brasil possui traços que remontam a um passado relativamente distante, em sua formação como país semicolonial. O país segue subordinado às grandes potências. É uma democracia mutilada, de caráter oligárquico, profundamente limitada pelos ditames que vêm de fora, principalmente do imperialismo estadunidense. Constitui uma caricatura de democracia, em que predominam determinados grupos econômicos regionalizados e a força dos aparatos, a exemplo da utilização da máquina do Estado, bem como da influência das igrejas etc. E por cima dessas relações de po-

der, atua o grande capital nacional associado ao imperialismo. A soberania do voto popular é constantemente pisoteada, de modo que a história do Brasil é marcada por golpes e ditaduras. Não raro, as eleições são acompanhadas de abalos políticos profundos. Nesse sentido, manifesta-se uma tendência mais ampla, dado que toda a América Latina compartilha a mesma característica.

Ao mesmo tempo, cada processo eleitoral é único, possui elementos da conjuntura que condicionam seu desenvolvimento. No caso da disputa entre Lula e Bolsonaro, estiveram frente a frente candidaturas que se igualavam no fato de expressarem os interesses da mesma classe, a burguesia. Eram duas faces da mesma moeda. Não eram, contudo, candidaturas idênticas. Lula é um ex-metalúrgico, representante histórico do reformismo petista, um caudilho que emergiu das greves operárias no final dos anos 1970, se enfronhou na política burguesa, governou o país por duas vezes, fez a sua sucessora, Dilma Rousseff, foi preso a partir da “Operação Lava Jato” e conseguiu se livrar dos processos jurídicos a tempo de disputar, e vencer, novamente a Presidência da República, tendo recebido por volta de 60 milhões de votos. Seu terceiro mandato se iniciará num contexto de crise do capitalismo, exacerbada pelo avanço das tendências bélicas, especialmente pelo conflito na Ucrânia. Sua vitória se deu nos marcos de uma aliança com setores políticos de origens e interesses diversos, aliança batizada de “Frente Ampla”.

Bolsonaro, por sua vez, expressava e expressa a ultradireita reacionária. Trata-se de um politiqueiro forjado nas Forças Armadas e na política fisiológica do Parlamento, onde exerceu um mandato incompleto como vereador na Câmara do Rio de Janeiro e sete outros como deputado federal. Teve uma ascensão nacional meteórica, rompendo os limites de um partido medíocre, o extinto PSL, justamente com o processo de impeachment de Dilma, em 2016, momento em que se notabilizou por enaltecer a memória do torturador Ustra. Seu mandato, iniciado em 2019, foi de grande instabilidade, marcado por diversas denúncias de corrupção e, sobretudo, pela eclosão da crise sanitária, decorrente da Pandemia do coronavírus. Agora, em 2022, perdeu por uma diferença muito apertada, tendo

obtido 49,1% dos votos válidos, enquanto Lula recebeu 50,9%. Tudo indica que Bolsonaro continuará exercendo influência considerável desde a oposição de direita ao governo petista.

O Partido Operário Revolucionário se colocou nas eleições chamando os trabalhadores a confiarem em suas próprias forças, não confiarem nas eleições burguesas, a defenderem um programa próprio de reivindicações e a votarem nulo. O partido aplicou a tática eleitoral experienciada pelo marxismo revolucionário, em sua luta pela conquista da independência de classe do proletariado. Na medida em que foi obrigado a intervir, dada as condições de ilusão democrática das massas, e na medida em que foi – e tem sido - impedido de participar com candidaturas próprias, tendo em vista a legislação proibitiva, o POR se viu na contingência de defender o voto nulo. O que não constitui um fato novo, há anos o partido tem se colocado diante das eleições com essa bandeira.

A campanha deste ano, no entanto, não foi igual às anteriores. Foi uma intervenção qualitativamente superior. Em geral, desde a origem da organização, em 1989, prevaleceu a consigna de “voto nulo programático”, que era uma forma de enfatizar a necessidade do programa da revolução e ditadura proletárias. Conforme avançava a construção do partido, com uma penetração maior nos movimentos, sentiu-se a necessidade de dar um caráter mais concreto àquela consigna, defendendo o voto nulo “pela construção do partido revolucionário”. O POR avança, agora, em suas formulações e na tática vinculando as bandeiras “Não confiar nas eleições burguesas, confiar em nossas próprias forças e lutar por um programa próprio”, de forma a expressar, portanto, a independência política na defesa do voto nulo. Nesse sentido, foi importante na propaganda e agitação entre os operários a defesa da independência dos sindicatos diante dos partidos e das forças burguesas em disputa pelo poder do Estado.

Este folheto demonstra o empenho do partido em intervir sistematicamente no processo eleitoral, observando cada passo da disputa interburguesa que levaria a uma profunda polarização política e, assim, a uma grande divisão no interior da maioria oprimida. O resultado foi positivo. Especialmente nas fábricas, a recepção do Boletim Nossa Classe (panfleto do

POR voltado ao trabalho fabril) foi muito boa, em que pese a forte polarização que marcou o período das eleições. Ressalta o fato de que as reivindicações apresentadas como programa próprio dos explorados mostraram o caminho da unidade dos oprimidos em contraposição à polarização eleitoral imposta de fora para dentro nos meios operários e populares.

Temos a consciência de que pesa, nesse sentido, o desenvolvimento ainda embrionário do POR. A ausência do partido revolucionário, enraizado nas massas, mostra-se, assim, como o problema número um dos oprimidos no país - e no mundo. Essa constatação serve à compreensão da necessidade de superar a crise de direção revolucionária. Esse folheto, sem dúvida, expressa mais um passo na aplicação do programa da revolução e da ditadura do proletariado, na luta pela constituição de um governo operário e camponês.

A vanguarda com consciência de classe poderá avaliar de conjunto as sucessivas formulações e intervenções do POR em sua luta por indicar o caminho da independência de classe dos explorados. A continuidade dessa linha se manifestará, no próximo período, tendo por base a experiência que será realizada com o governo burguês de frente ampla, estruturada em torno ao presidente Lula. Novas formas e novos embates colocarão ao proletariado e aos demais explorados a necessidade de se unirem na luta por suas necessidades, e o POR estará à frente, com a tática e a estratégia da independência de classe.

*15 de novembro de 2022*

*Pelo CC - Antônio de Almeida  
São Paulo, 14 de novembro de 2022.*

*Vigésima Carta do Partido Operário Revolucionário aos trabalhadores e à juventude oprimida*

## Lutar pela independência dos sindicatos diante das eleições

*1 de dezembro de 2021*

A reunião de sindicalistas com o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), para discutir uma possível aliança eleitoral e sua participação como vice na chapa de Lula, acendeu uma luz vermelha. Está em marcha uma operação da burocracia sindical para perfilar as organizações dos trabalhadores por detrás da candidatura de Lula, amparada por representantes da burguesia. Alckmin sempre foi um homem do poder econômico. Governou contra as necessidades mais elementares dos explorados. O sinal vermelho anuncia o imperativo da luta pela independência dos sindicatos diante das disputas interburguesas.

Daqui para a frente, as forças políticas da burguesia vão concentrar-se na corrida eleitoral. A entrada do lavajatista Sérgio Moro, como candidato da terceira via, movimentou o espectro político. O ex-juiz e ex-ministro de Bolsonaro recebeu caloroso apoio de setores da burguesia e da imprensa monopolista. Esse é um provável caminho para deslocar Bolsonaro, e afirmar uma candidatura de centro-direita. Mas, nada ainda está definido.

O PSDB, por sua vez, afirmou a candidatura de João Doria. O governador de São Paulo conta com o apoio de poderosos grupos econômicos. A disputa das prévias, tendo como derrotado

o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, expressou duas variantes políticas. De um lado, Doria que exige do PSDB uma candidatura própria; de outro, Leite, defendendo um candidato de terceira via, que não necessariamente do PSDB.

A divisão permanecerá em torno à definição da candidatura oposicionista a Lula e a Bolsonaro. O DEM se fundiu com o PSL, criando o partido União Brasil, de maneira a ter algum peso na construção da terceira via, e o PSD, de Kassab, já havia anunciado como possível candidato o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Tudo indica que é uma manobra para negociar uma aliança no campo da oposição a Lula e Bolsonaro.

O PT passa pelo dilema da constituição de uma aliança mais ampla possível. É bem provável que Ciro Gomes insista em concorrer pelo PDT. O que seria desvantajoso para a candidatura de Lula. A junção do PT com o PSB é a mais factível, mas depende das negociações quanto às candidaturas ao cargo de governadores, principalmente. O Solidariedade está com a candidatura de Lula, e trabalha para que Geraldo Alckmin, em processo de ruptura com o PSDB, seja o vice de Lula. O que parecia fumaça sem fogo toma uma feição concreta. As centrais sindicais – Força Sindical, CTB, UGT e Nova Central – se reuniram, na sede do Sindicato dos Químicos, com Alckmin, na esperança de realizar o esdrúxulo casamento. Em seguida, Lula se pronunciou favorável, desde que seja uma aliança para “ganhar as eleições”.

Os mais radicais do PT que detestam o PSDB, e, em particular, Alckmin, e a esquerda oportunista do “Bloco Vermelho”, que desfralda a bandeira de “Lula presidente, por um governo dos trabalhadores”, procuraram qualificar a notícia como “fake news”. São manifestações marginais da montagem das candidaturas e alianças nas entranhas da política burguesa, mas servem para exemplificar a confusão instalada entre as correntes que se reivindicam do socialismo. A movimentação em torno às candidaturas, e, especialmente, o empenho de setores da burguesia para viabilizar a terceira via, como se vê, passou a condicionar a situação política.

Bolsonaro se recompôs, depois do discurso golpista de 7 de setembro. Diminuiu os atritos com o judiciário. Mudou a atitude, diante das respostas à Pandemia, assumindo a ordenação da vacinação por meio do Ministério da Saúde,

abrindo as portas para a multinacional Pfizer, e pondo de lado gradualmente o que os seus opositores denominaram de “negacionismo”. Retomou a ofensiva no Congresso Nacional, com o projeto de “Auxílio Brasil”. Venceu a resistência de importantes setores da burguesia à PEC dos Precatórios, apesar de ainda ter de ser aprovada no Senado. Conseguiu reagir à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), contrária ao “orçamento secreto”, por meio da aprovação de um Projeto de Resolução no Congresso Nacional, que desobriga o relator de emendas, parlamentares e beneficiados dos bilhões de recursos públicos a prestarem contas no exercício de 2020 e 2021. Depois de muita demora e cobrança dos bolsonaristas e evangélicos, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado decidiu sabatar o ex-ministro da Justiça André Mendonça, para assumir o cargo vitalício de ministro do STF. A aprovação na CCJ com ampla maioria também evidenciou o enorme controle de Bolsonaro sobre os parlamentares.

Somente no próximo ano, ficará mais patente a capacidade eleitoral dos principais concorrentes. No momento, Lula e Bolsonaro continuam a polarizar a disputa presidencial. Nas condições atuais, Bolsonaro seria derrotado no segundo turno. A ofensiva dos bolsonaristas, desde setembro, está voltada a reerguer a imagem do ultradireitista perante a população. Por cima da maioria oprimida, pobres, miseráveis e famintos, as forças políticas da burguesia se preparam para manter Bolsonaro, ou substituí-lo por outro governo, que pode ser de uma aliança petista ou da terceira via.

A classe operária, desorganizada e sem o seu partido revolucionário, e os demais explorados, serão arrastados pelo turbilhão eleitoral. Desta vez, a bandeira burguesa da anticorrupção não terá o mesmo lugar que ocupou nas eleições de 2018. É bom lembrar que a Operação Lava Jato, liderada por Moro, foi decisiva para a execução do golpe institucional, que derrubou Dilma Rousseff (PT), entregou o governo ao seu vice Michel Temer, e preparou o caminho para a ascensão do obscuro Bolsonaro. Foi governo que Moro ajudou a eleger, mas que perdeu a auréola de “herói nacional”, e foi enxotado do Ministério da Justiça. A Lava Jato acabou sendo considerada suspeita de ser um instrumento de manipulação política. A não ser o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio

Cabral, todos os demais presos estão soltos. O STF acabou de favorecer o senador Flávio Bolsonaro no caso das rachadinhas, considerando inválidas as provas apuradas na primeira instância da justiça do Rio de Janeiro.

As ilusões da classe média sobre a possibilidade de resolver a corrupção endêmica no interior do Estado e do conjunto da política burguesa começaram a desabar com a defenestração de Moro do governo Bolsonaro. Os partidos se vêm agora na contingência de explorar as condições de miséria das massas, apresentando-se como seus salvadores. Tais movimentações aparelhistas são típicas da política burguesa, em que o poder econômico determina, em última instância, o curso das mudanças de governabilidade.

O problema para a política do proletariado consiste em defender a independência dos explorados, que, no momento, comparece na forma de independência dos sindicatos. A reunião promovida pela Força Sindical e aliadas, que contou com partidos como Solidariedade e PCdoB, objetivou arregimentar os sindicatos por trás de uma candidatura composta por Lula e Alckmin. Ainda que essa composição fracasse, indica que está em questão a independência dos sindicatos. Essas mesmas centrais e esses mesmos partidos estiveram na organização da Campanha Nacional “Fora Bolsonaro e Impeachment”, e se manifestaram a favor de uma frente ampla oposicionista.

O POR lutou no interior das manifestações, denunciando e rechaçando a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”, que no fundo se dirigia às eleições presidenciais. Agora, a bandeira do impeachment se desfez, com a recomposição política de Bolsonaro e seu controle sobre o Congresso Nacional, em particular, da Câmara de Deputados. O PT, Lula e aliados arregimentam os aparatos sindicais, e os colocam a serviço das disputas interburguesas. Expressam uma burocracia sindical estatizante, que, há muito, abandonou as reivindicações mais elementares da classe operária e dos demais trabalhadores. A reunião com Alckmin, no Sindicato dos Químicos, é a demonstração mais acabada de como a burocracia sindical se subordinou à política burguesa, e comprometeu a mais elementar independência política e organizativa dos sindicatos.

A luta contra essa subordinação passa pela defesa de um programa próprio de reivindicações, dos métodos próprios de

luta e da estratégia própria de poder do proletariado. É por essa via que se deve explicar e demonstrar o caráter contrarrevolucionário dos partidos que controlam os sindicatos e os submetem à política burguesa.

## **Predomina na situação a corrida eleitoral**

*A tarefa classista é a de lutar pela independência político-organizativa dos explorados*

*24 de julho de 2022*

O País está tomado pelas campanhas eleitorais, embora falem três meses para a realização das eleições. Está bem definida a polarização entre Lula e Bolsonaro. A candidatura da terceira via, de Simone Tebet, tudo indica, não tem condições de romper a corrida entre o ex-presidente Lula e o presidente Bolsonaro. Os demais candidatos são figurativos.

A presença de uma candidatura de esquerda, que se reivindica do socialismo, a do PSTU, comparece diluída, com sua pregação democratizante e seu socialismo abstrato. Ou seja, não se define pelo programa da revolução social e pela estratégia histórica da ditadura do proletariado. As demais correntes de esquerda se mostram subordinadas ao reformismo petista. É, principalmente, o caso do PSOL e de suas inúmeras correntes internas. PCO há muito se comporta como um cego, destinado a seguir o lulismo.

Em geral, um dos sintomas da crise de direção se manifesta na forma de adaptação das variantes de esquerda à democracia burguesa, ao eleitoralismo e ao burocratismo sindical. Nenhuma das candidaturas, que se poderiam dizer do “campo de esquerda”, encarna o programa de reivindicações da classe operária, a estratégia revolucionária, o método da luta de classes e a tática eleitoral, voltada à independência dos explorados diante do Estado e dos partidos da burguesia.

As eleições ocorrem após o longo período de Pandemia que ainda não se encerrou completamente, de milhares de mortes, de fechamento de fábricas, de demissão em massa, de eleva-

ção do desemprego nas alturas, de potenciação do subemprego e avanço da miséria e fome. Nessa travessia dramática para a vida da maioria oprimida, o PT, aliados e as esquerdas de conjunto estiveram submetidos à política burguesa do isolamento social, colaboraram com o programa emergencial de Bolsonaro e do Congresso Nacional, realizaram acordo de aplicação das medidas de redução dos salários, fecharam os olhos à larga implantação da terceirização, e acabaram cedendo ao fechamento de fábricas.

O rechaço ao “negacionismo” de Bolsonaro não se traduziu em luta pela organização dos explorados na defesa dos empregos, salários e direitos; e contra as medidas emergenciais antioperárias e antipopulares, flagrantemente de apoio ao empresariado. A centrais sindicais, os sindicatos, as organizações estudantis e os movimentos populares se submeteram à política burguesa do isolamento social, como se de fato servisse às necessidades dos oprimidos diante da Pandemia mortífera e da crise econômica destruidora de empregos e redução do valor da força de trabalho.

A classe operária e os demais trabalhadores não puderam contar com suas únicas armas de luta coletiva. Ficaram inteiramente à mercê das divisões políticas entre Bolsonaro e governadores, deixando em suas mãos toda a responsabilidade de responder à Pandemia e os seus reflexos econômico-sociais. Sem seus sindicatos e sem organização independente, as massas permaneceram desarmadas de suas reivindicações, de suas formas de luta classe, de suas explicações próprias sobre o que se passava e de sua estratégia proletária.

Assim que a Pandemia arrefeceu, as centrais saíram de sua longa letargia, e lançaram o movimento “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”. A estratégia antibolsonarista da burocracia sindical, do PT, aliados e das esquerdas já se encontrava condicionada às eleições.

A revogação da prisão de Lula e sua habilitação a candidato presidencial provocaram uma virada na situação da política burguesa. Bolsonaro não passaria ileso pelas consequências econômicas e sociais da Pandemia. E o ex-réu e ex-presidiário da Operação Lava Jato, Lula, se ergueria como estrela fulgurante. O seu algoz, ex-juiz e ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro, Sérgio Moro, cairia em desgraça, a tal

ponto que a tentativa de setores da burguesia, de prepará-lo para ocupar o lugar de destaque da terceira via, afundou sem pena nem glória.

Bolsonaro e bolsonaristas tentaram uma reação, mas somente lhes restava a aventura golpista. Tiveram de recuar. O movimento do “Fora Bolsonaro”, por sua vez, perdeu força e sentido, com a decisão do Congresso Nacional de livrar o presidente da República do processo de impeachment. Adentrava-se no terreno das eleições, e definia-se a polarização, que se mantém até agora, e tudo indica que se manterá.

A possibilidade de vitória de Lula é grande, principalmente se confirmar a virada de governadores do MDB, desenganchados com o mal desempenho de Simone Tebet, ou seja, com o fracassado movimento voltado a constituir a terceira via.

A troca de um governo burguês por outro ocorrerá nas condições de salto da miséria e fome dos explorados. E nas condições de agravamento da crise mundial, marcada pela guerra na Ucrânia e pela corrida armamentista liderada pelos Estados Unidos e por seu braço armado internacional a OTAN.

O governo Bolsonaro aproveita para realizar o máximo possível de privatizações. Tudo tem feito para deixar asseguradas as contrarreformas, trabalhista, da ditadura civil de Temer, e a previdenciária, feita em seu próprio governo. Se eleito, Lula não poderá repetir as façanhas “populistas”, principalmente, de seu segundo mandato. Já deixou claro que não alterará nada de significativo que está feito contra os trabalhadores. Terá de continuar descarregando a crise do capitalismo em decomposição sobre a maioria oprimida, de um lado, e se ajustar às pressões do imperialismo norte-americano de outro.

O problema, no momento, está em que os sindicatos e centrais aparelhados pela burocracia são direcionados à campanha eleitoral. A bandeira de independência das organizações de massa dos explorados deve ser levantada bem alto, ao mesmo tempo em que a vanguarda militante trabalha em defesa do programa próprio de reivindicações do proletariado.

É diante desses fatores e tendências da crise capitalista nacional e internacional que o Partido Operário Revolucionário (POR) chama a vanguarda com consciência de classe a lutar pela independência de classe dos explorados, defendendo o programa de reivindicações, organizando a ação direta dos explorados,

e denunciando as forças eleitorais da disputa interburguesa.

Em mais uma eleição, comparece a importância decisiva da crise de direção revolucionária. É dever da vanguarda proletária se empenhar, o máximo possível, para fortalecer e erguer o POR no seio dos explorados.

## Por que o POR não defende a democracia em geral

***Combater o governo Bolsonaro e o golpismo com o programa, métodos e organizações próprios da classe operária!***

*7 de agosto de 2022*

A Fiesp e a Febraban decidiram apoiar o movimento de “defesa da democracia” e “respeito às eleições”. Essas bandeiras, declaradamente, se voltam contra as ameaças de Bolsonaro e seus generais, de não respeitarem a possível vitória de Lula, e assim reagirem com um golpe de Estado.

Em meio a instituições civis, como OAB, Universidades, Academia Brasileira de Letras, círculos de intelectuais, personalidades, etc., gestou-se a bandeira de “defesa da democracia”. As duas mais importantes organizações empresariais – a da indústria e a dos bancos – deram estofamento ao movimento pretensamente antigolpe. Nesse mesmo sentido, autoridades norte-americanas se pronunciaram pelo respeito às eleições e à democracia. Assim, a reunião de Bolsonaro com diplomatas de todo o mundo, para mostrar que as urnas eletrônicas eram passíveis de violação, acabou sendo um tiro que saiu pela culatra.

Está em andamento um abaixo-assinado com esse teor. No dia 11 de agosto, será lida na Faculdade de Direito do Largo São Francisco a “Carta às brasileiras e brasileiros, em defesa do Estado de Direito”, uma espécie de réplica da “Carta aos Brasileiros”, de 1977, que exigia o fim da ditadura militar e a volta da democracia. A versão atual se volta à defesa da democracia restabelecida em 1985, que resultou na primeira eleição presidencial, em 15 de novembro de 1989.

É bom assinalar alguns acontecimentos que envolveram a volta da democracia. Em dezembro de 1992, Collor de Melo

renunciou, acuado por um processo de impeachment. O segundo processo de destituição derrubou, em agosto de 2016, a presidenta petista Dilma Rousseff. Anteriormente, pairou sobre o governo de Lula a ameaça de impeachment. Observa-se que o povo vota, sendo a imensa maioria de trabalhadores, mas a força social que destitui o presidente ou o mantém no cargo é a burguesia, que é a classe ultraminoritária constituída por oligarquias. Por cima dessa classe oligárquica, atua o imperialismo, em especial, o norte-americano. Não por acaso, agora, foi chamado a dar seu parecer e aval às urnas eletrônicas.

A derrubada de Dilma Rousseff, em particular, resultou de uma grande conspiração burguesa e pequeno-burguesa, apesar das formalidades legais e das aparências de normalidade política. Houve uma violação da chamada “soberania popular” do voto. A força social que defenestrou a presidenta não foi a do “povo”, mas sim a da oligarquia burguesa. O governo de transição de Temer se caracterizou por uma ditadura civil. O impeachment não levou a novas eleições, e o vice-presidente, que foi fundamental para que a conspiração trinfasse, simplesmente ocupou a cadeira presidencial. Temer impôs a reforma trabalhista, tão almejada pelos capitalistas. Preparou assim o caminho para a ascensão política do mais ultradireitista e fascitizante Bolsonaro, que no momento faz de tudo para ser reeleito e não esconde sua vontade de levar as Forças Armadas a darem um golpe, sob a alegação de que as urnas eletrônicas não garantem eleições limpas.

Esse percurso da democracia renascida, depois de 21 anos de ditadura militar, sinteticamente descrita, se processou sob o denominado “Estado de Direito”. Está bem visível o caráter oligárquico da democracia no Brasil semicolonial. Entre os defensores do “Estado de Direito”, principalmente a Fiesp e Febraban, estão os maiores responsáveis pelo golpe de Estado, que interrompeu o mandato da presidenta eleita, e o colocou a cargo de uma ditadura civil.

Mas, essas particularidades não devem ser tomadas como sendo a essência da democracia – o regime político mais avançado criado pelo capitalismo, em comparação aos regimes das sociedades de classe anteriores. Os regimes ditatoriais, sendo o fascista sua expressão mais alta – também são criações do capitalismo. Justificam-se, nas condições em que

o regime democrático não consegue cumprir sua função de regular as cisões no seio da burguesia, mas sobretudo não consegue amortecer a luta de classe dos explorados contra os exploradores. Geralmente, combinam-se as duas variantes que surgem na situação de profunda crise econômica e política. O fundamental da natureza da democracia burguesa, portanto, está em que é o melhor regime para ocultar a ditadura de classe da burguesia sobre a classe operária e a maioria oprimida. Em falhando nessa função, as forças capitalistas recorrem a golpes de Estado e às ditaduras.

Em 1964, os conflitos interburgueses no Brasil chegaram ao auge, sob um governo nacionalista débil, e em uma situação mundial convulsiva que abalava a América Latina. O golpe militar se impôs pela vontade da fração mais poderosa da oligarquia burguesa, e pela influência direta dos Estados Unidos. Esse regime garantiu a ditadura de classe da burguesia, que pôde seguir a democracia oligárquica, restabelecida em meados de 1980.

Como se constata historicamente, trata-se de uma enorme farsa, que a Fiesp, Febraban e todas as organizações que seguem seus passos estejam pela democracia. Estão pela perpetuação da ditadura de classe da burguesia.

Na situação, um golpe bolsonarista configura uma aventura. O que pode potencializar a crise política, e impulsionar a luta de classes dos explorados contra os exploradores.

O programa e a política do proletariado jamais se colocam pela defesa da democracia em geral, uma vez que estaria colocando-se pela perpetuação da ditadura de classe da minoria sobre a maioria. O que não pode se confundir com o desprezo ou negação da luta pelas bandeiras democráticas, que permitem os explorados se oporem à dominação burguesa, e avançarem no terreno da luta de classes. Nesse sentido, é preciso rechaçar a ameaça golpista de Bolsonaro e seus generais, com as bandeiras e métodos próprios de luta dos explorados.

Nenhum apoio ao movimento burguês pela democracia! Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas; pela revogação imediata das reformas trabalhista e previdenciária; pelo fim das privatizações e pelas reestatizações sob o controle operário da produção; preparar a greve geral; e pela defesa do fim da guerra

na Ucrânia e unidade operária na luta contra o capitalismo putrefato e a dominação imperialista.

*Manifesto do Partido Operário Revolucionário*

## **Em defesa da estratégia de poder da classe operária, por um governo operário e camponês!**

***O Partido Operário Revolucionário (POR) luta pela independência ideológica, política e organizativa dos explorados, diante das disputas eleitorais pela troca de um governo burguês por outro. Todos os candidatos mentem que vão diminuir as desigualdades e tirar milhões de brasileiros da condição de miseráveis e famintos. O Partido Operário Revolucionário (POR) luta para que os trabalhadores tomem em suas próprias mãos o programa de reivindicações e combatam com os meios da luta de classes. Nenhuma confiança nos partidos e candidatos que servem aos interesses da burguesia! Nenhuma confiança nas direções sindicais que submetem as centrais, sindicatos e movimentos às mentiras eleitorais! O Partido Operário Revolucionário (POR) chama os explorados a defenderem seu programa próprio de reivindicações e a votarem nulo nas eleições***

*4 de setembro de 2022*

Trabalhadores e juventude oprimida, seja lá qual for o candidato eleito para presidente da República, continuaremos a sofrer com o desemprego, subemprego, informalidade, baixo salário, insegurança no trabalho, e todo tipo de dificuldade para a sobrevivência. Milhões de trabalhadores e jovens nunca terão um emprego fixo e carteira assinada. Milhões continuarão a enfrentar, no dia-a-dia, a miséria e a fome. E entre esses milhões, uma multidão de crianças não terá como se livrar das brutais consequências das chagas do capitalismo em decomposição.

É preciso ainda ter claro o que se passa diante dos nossos olhos: as mulheres proletárias continuam a sofrer duramente a discriminação; os pretos pagam um preço alto, desde a ignomi-

niosa escravidão; e os indígenas, que sobreviveram ao genocídio da colonização, não encontram paz, acossados constantemente pelos latifundiários, grileiros, madeireiros e mineradores.

É sobre essa base social, que os capitalistas acumularam um mar de riqueza, e continuam a acumular às custas de nosso suor e dor. Essa minoria patronal – proprietária das indústrias, das terras, das redes de comércio e dos bancos – é quem manda no Estado e nos governantes. Eis por que não é possível constituir um governo da maioria oprimida por meio de eleições. Sempre, em qualquer eleição, por mais que se fale em nome do povo sofrido, o partido e o candidato vencedor servirão à minoria burguesa, que detém o poder econômico.

Quem elege o candidato, em última instância, é o poder econômico, dos industriais, latifundiários, comerciantes e banqueiros. Pode surgir uma pergunta, mas por que então disputam vários partidos e candidatos? Lula, por exemplo, veio da classe operária, portanto, não é capitalista. O próprio Bolsonaro era um militar, que veio da classe média baixa, portanto, também não é capitalista. Não é preciso ser capitalista para pertencer a um partido, se candidatar e vencer as eleições. Mas, seja um candidato operário (ex-operário, no caso de Lula) ou pequeno burguês (ex-militar de classe média, no caso de Bolsonaro), obrigatoriamente, tem de estar submetido ao poder econômico.

A façanha histórica de um ex-metalúrgico, de se tornar presidente, se deve à crise dos partidos tradicionais da burguesia e à desmoralização de seus governos diante da maioria oprimida. Para que o ex-presidente do Sindicato Metalúrgico do ABC desse um salto sideral para a presidência da República, foi preciso a criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Não demorou, porém, para que o PT e Lula se sujeitassem às exigências políticas e organizativas do poder econômico, para que escalassem a muralha de classe que separa a minoria exploradora da maioria explorada. E assim mudassem, definitivamente, de lado.

Estando na presidência por dois mandatos, Lula serviu ao poder econômico. Ou seja, sujeitou-se à administração favorável à grande propriedade privada dos meios de produção, à exploração da força de trabalho dos assalariados e à opressão dos camponeses pobres e indígenas. A sua política de “inclusão social” não mudou em nada o domínio do poder

econômico sobre a produção, distribuição e concentração de riquezas. Eis por que também apenas amenizou provisoriamente a miséria e a fome.

E o caso de Bolsonaro? De militar reacionário de classe média, saltou para a Câmara dos Deputados. Não teve de escalar o muro que separa as classes, já fazia parte da política burguesa no nascedouro. Como deputado, se projetou por encarnar a política ultradireitista de uma fração da burguesia (agropecuáristas, latifundiários, comerciantes, etc.) e dos militares aferrados ao golpe de 1964.

Bolsonaro se aproveitou da crise do governo Dilma Rousseff, do golpe de Estado e da ditadura civil de Temer para arrebatar eleitoralmente os explorados, nas eleições de 2018. Contou, para isso, com o apoio dos pastores evangélicos. O que aconteceu? Bolsonaro se mostrou incapaz de proteger os pobres e miseráveis da Pandemia que assolou o Brasil por dois anos. Sua política favoreceu o fechamento de fábricas, a demissão em massa e a escalada da miséria e fome. Lula se livrou da condenação da Lava Jato e saiu triunfante da prisão, graças à profunda crise do governo Bolsonaro.

A maioria da população pobre está pela volta de Lula à presidência, porque em seu mandato a economia cresceu, a taxa de desemprego caiu, e houve a possibilidade de o governo petista viabilizar os programas de assistência social. Para isso, contou com o apoio do poder econômico, que se fartou em concentrar riquezas. Esse também foi o motivo pelo qual as direções sindicais e dos movimentos se anularam durante o governo Lula, indo às últimas consequências com a política de conciliação de classes. Durante a Pandemia, essas mesmas direções foram incapazes de combater as medidas antio-perárias e antipopulares de Bolsonaro.

A campanha das direções sindicais contra o “negacionismo” bolsonarista, colocando-se ao lado do governador Doria, serviu apenas para acobertar a aplicação do plano de emergência, que permitiu os “acordos” de redução salarial e quebra de direitos, previstos na MP 936. O desemprego, a informalidade e a miséria deram um salto à frente, sem que as direções sindicais organizassem qualquer resistência dos empregados e desempregados, em defesa dos postos de trabalho, dos salários, dos direitos e da proteção contra a Pandemia. Todos os sindicatos

ficaram fechados por dois anos, quando a maioria dos trabalhadores se via obrigada a trabalhar e a arcar com as duras consequências da política burguesa do isolamento social.

Agora, os candidatos gastam milhões em campanha eleitoral, para arrastar os oprimidos a eleger um novo governo burguês. E Bolsonaro lançou mão das artimanhas do assistencialismo social, a exemplo dos R\$ 600,00 do “Auxílio Brasil”, para enganar as massas miseráveis, e se potenciar na disputa com Lula. Essa é a democracia dos ricos: as eleições são regadas a bilhões e movimentadas sobre a base das mentiras, das promessas e dos enganos.

Se os trabalhadores e a juventude pobre pararem para pensar um minuto, verão que não é possível a um partido verdadeiramente proletário, classista e revolucionário participar com candidaturas anticapitalistas e socialistas na democracia dos ricos. Verão por que somente alguns candidatos têm acesso aos meios de comunicação.

Para agravar, as candidaturas de esquerda do PSTU e PCB, apesar de não estarem enquadradas nas condições da democracia dos ricos, não se mostram capazes de defender a estratégia da revolução proletária, o programa de reivindicações dos explorados e a tática da luta de classes. Se lutassem contra a democracia burguesa com as armas da democracia operária, tudo fariam para mostrar aos oprimidos que, por meio da democracia dos ricos e das eleições, elegerão mais um governo opressor do povo e defensor da minoria capitalista.

Trabalhadores e juventude oprimida, é fato que ainda não temos um poderoso partido operário revolucionário capaz de utilizar as eleições para desmascarar a farsa eleitoral do sistema de poder burguês. O POR está em construção, por isso não tem como comparecer com candidaturas revolucionárias, para mobilizar os explorados em defesa de seu programa próprio de reivindicações. E, como dissemos, dificilmente teremos no futuro um partido fiel às necessidades e às lutas da classe operária, que se imponha pela força social das massas oprimidas à democracia dos ricos, para lutar contra a ditadura de classe da burguesia sobre os explorados e pela conquista do poder pela revolução proletária. Somente os partidos que se submetem, de uma forma direta ou indireta, à democracia dos ricos, ou seja, à democracia burguesa, podem entrar nesse paraíso dos

privilégios, das vantagens do poder econômico, da autoridade sobre os explorados, das mentiras e da corrupção.

Esses são os motivos que fazem com que o Partido Operário Revolucionário (POR) chame os trabalhadores e a juventude a votarem nulo. Mas, é preciso ainda ter claro que não basta anular o voto. Por mais importante que seja esse ato político de consciência de classe, é preciso não parar por aí. Temos de unir nossas forças em defesa de um programa próprio, que levante as massas pelo emprego, salário, direito, moradia, saúde e educação; pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária; pelo fim da lei da terceirização; pelo fim de todas as discriminações raciais e sexuais; pelo direito irrestrito de greve e de manifestação; pela livre organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho; pelo fim das chacinas promovidas pela polícia; pelo direito de autodefesa dos oprimidos diante de seus opressores, etc.

Temos de lutar unidos desde os locais de trabalho e de moradia, em defesa de um poder próprio da classe operária e dos demais explorados – um governo operário e camponês, que nasça da democracia das massas em luta, e que tenha por objetivo expropriar a burguesia, enterrar o capitalismo apodrecido e esfomeador, e erguer a sociedade socialista, sem exploradores e sem explorados.

É preciso ainda entender que a crise política e as eleições no Brasil ocorrem em um momento grave da crise mundial, marcada pela guerra na Ucrânia e o cerco do imperialismo à China. Os explorados do mundo inteiro estão arcando com a retração econômica, o desemprego e a alta do custo de vida. O Partido Operário Revolucionário se empenha na campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) em propagandear e agitar as bandeiras: fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômicas dos Estados Unidos à Rússia, autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

As tarefas da luta nacional e internacional exigem a construção do Partido Operário Revolucionário.

***Vote nulo, em defesa do programa de reivindicações, da luta coesa dos empregados e desempregados, e pela construção do POR.***

# Tática e estratégia do POR diante das eleições

*18 de setembro de 2022*

O POR, como partido marxista-leninista-trotskista, reconhece a necessidade de participar nas eleições, e de utilizar a tribuna do parlamento, para defender os interesses dos explorados e trabalhar para que se organizem no campo da independência política e da luta de classes. A defesa do voto nulo é uma contingência da situação objetiva.

As condições para aplicar a tática revolucionária nas eleições dependem do desenvolvimento do partido, e de os oprimidos conseguirem que seja legalizado. As exigências jurídicas se tornaram cada vez mais impeditivas à legalização do partido revolucionário, cujo desenvolvimento nacional entre os explorados é ainda embrionário. A última reforma da lei eleitoral dificulta a existência dos próprios partidos de esquerda que, por enquanto, mantiveram os seus registros. Ao mesmo tempo, favorece os grandes aparatos partidários da burguesia.

O PT, que surgiu no início de 1980, embalado e assentado em sindicatos, acabou se tornando um desses enormes aparatos, ao lado do PMDB, PSDB, etc. Os partidos mais fracos eleitoralmente, principalmente os de esquerda, tendem a perder os privilégios do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral, correndo o risco de perder os seus registros, no caso de não cumprirem a norma da Cláusula de Barreira. Abriu-se uma porta para a formação de Federações Partidárias, cuja função é a de preservar os partidos mais débeis eleitoralmente, na condição de serviçal do partido mais forte que abriga a relação federativa. É o que se passa com a federação do PT com PCdoB e PV, bem como do PSOL com a Rede Sustentabilidade.

Em resumo, as reformas eleitorais tornaram ainda mais difícil, se não impossível, a participação dos partidos que não contam com um rico aparato eleitoral, entrelaçado por uma infinidade de fios com a política burguesa, com o Estado e setores da burocracia estatal. A democracia oligárquica não comporta direitos democráticos que permitam a livre participação de partidos que não estão diretamente sob a influência do grande capital, muito menos ainda do partido marxista-le-

ninista-trotskista, que encarna a estratégia da revolução proletária, e desenvolve a tática da luta de classes. Nem mesmo a frente de esquerda oportunista, que no passado uniu PSOL, PSTU e PCB em torno à candidatura presidencial de Heloísa Helena, sobreviveu. O PSOL e sua federação, na presente disputa eleitoral, se submeteu à candidatura de Lula. Sua sobrevivência está seriamente ameaçada pela nova legislação eleitoral. Passou a depender do número de parlamentares eleitos.

As candidaturas do PSTU e PCB não estão voltadas à defesa da estratégia revolucionária, à aplicação da tática da luta de classes, ao desmascaramento do caráter burguês-oligárquico das eleições, e à agitação das bandeiras próprias dos explorados.

A polarização entre Lula e Bolsonaro repete, em certa medida, a que se passou nas eleições de 2018 entre Haddad e Bolsonaro. Uma importante parcela dos pobres, miseráveis e famintos se deslocou para o candidato do PT, em razão da trágica experiência com o governo burguês de ultradireita, encarnada pelo bolsonarismo. A maioria da classe operária se arrisca a confiar nas promessas de Lula, sem se dar conta de que o caudilho petista governará para a burguesia, como governou em seus dois mandatos. Os explorados, assim, se movem sob a intensa disputa entre Lula e Bolsonaro, sem se darem conta de que, seja lá qual for o governo eleito, nas condições de permanência da crise econômica e avanço da putrefação do capitalismo, continuarão a sofrer com o desemprego, subemprego, pobreza, miséria e fome. Tudo indica que, por outro lado, não haverá trégua para a crise política, que se projetou desde a recessão de 2016 e o golpe de Estado, que derrubou institucionalmente o governo petista de Dilma Rousseff.

O POR tem baseado a sua campanha na defesa do programa próprio da classe operária, das suas formas de luta e de democracia coletivas, da denúncia ao eleitoralismo e da independência dos sindicatos diante de qualquer uma das variantes da política burguesa. O voto nulo concentra a defesa da independência política dos explorados, e indica a necessidade de manter imediatamente às eleições o combate pelo programa próprio de reivindicações, que unifique nacionalmente os explorados contra o novo governo, que dará continuidade à ditadura de classe da minoria capitalista exercida sobre a imensa maioria oprimida.

Está claro que são fortes as ilusões democráticas depositadas na candidatura de Lula. Está claro também que Bolsonaro tem sido capaz de arregimentar uma vasta camada da classe média, que se ressentida da ruína econômica, e que passou a acreditar que o caminho do autoritarismo fascistizante pode ser a sua salvação. Essas duas manifestações sociais que comparecem na polarização eleitoral tendem a tomar novas formas de luta de classes no próximo período.

Somente o proletariado organizado e em posição de defesa do programa de reivindicações poderá enfrentar as tendências ultradireitistas, que se abrigaram no seio da classe média, como reflexo da política fascistizante de setores da burguesia brasileira, como se evidenciou na arregimentação bolsonarista do 7 de setembro.

O fundamental da tática e estratégia do POR para as eleições reside na propaganda do programa de reivindicações, na agitação pelas reivindicações mais sentidas pelas massas, e na demonstração do caminho da luta de classes, vinculadas à defesa do poder próprio dos explorados, que se sintetiza na luta por um governo operário e camponês.

### ***Carta aos trabalhadores, à juventude e à vanguarda com consciência de classe***

## **O que esperar das eleições?**

***Ou a classe operária conquista a sua independência política e organizativa, ou continuará incapacitada de combater o capitalismo, a pobreza, a miséria e a fome!***

*27 de setembro de 2022*

Está praticamente concluída a campanha eleitoral do primeiro turno. A polarização entre Lula e Bolsonaro se mantém. Os últimos dados de pesquisa confirmam a derrota do presidente, e vitória do ex-presidente da República. Ambos os candidatos são conhecidíssimos. Já demonstraram o que puderam ou não fazer diante dos grandes problemas, que atingem a economia e que afligem os explorados. A maioria oprimida guarda na memória a experiência vivida com os dois governan-

tes, que serviram, antes de tudo, à burguesia. Os oprimidos não tiveram como identificar o conteúdo de classe de ambos os candidatos. Mas, por motivos de necessidades imediatas, vividas sob tais governantes distintos, a maior rejeição recai sobre o presidente Bolsonaro, que concorre à reeleição.

Segundo pesquisas, 51% dos brasileiros rechaçam Bolsonaro, enquanto 35% se declaram contrários à volta de Lula. Assim, as intenções de voto pela continuidade do bolsonarismo são de 31%, e, pela volta do lulismo, 48%. A alta rejeição a Bolsonaro poderá dar a vitória a Lula no primeiro turno. Essa previsão não é líquida e certa. De qualquer forma, Bolsonaro irá para o segundo turno como perdedor. Somente uma grande reviravolta imprevista desfará essa tendência, assinalada quase às vésperas das eleições.

A eleição de Lula, seja em primeiro ou segundo turno, é garantida pelas camadas mais exploradas, oprimidas e empobrecidas da população. Entre os brasileiros que ganham até dois salários mínimos, a intenção de voto é de 53% em Lula, e 29% em Bolsonaro. Uma grande parcela dessa população sofrida, pela brutal exploração capitalista e pelas condições de atraso econômico, se encontra no Nordeste. Tudo indica que as famílias camponesas e os pobres da cidade estão mais com Lula do que com Bolsonaro. Mas, não é desprezível o que se passa no Sudeste. Tudo indica que a maioria da classe operária condena a política de Bolsonaro aplicada durante a Pandemia. Objetivamente, repudia os acordos de redução salarial, a implantação da reforma trabalhista, o fechamento massivo de fábricas, o aumento do subemprego e o avanço da miséria e fome. Há que considerar ainda que a maioria dos que ganham até dois salários mínimos é formada de pretos discriminados em todos os aspectos da vida social. Bolsonaro se identificou com a fração burguesa e pequeno-burguesa racista mais reacionária. Não é por acaso também, que a maioria das mulheres viram no governo bolsonarista um retrocesso, diante das pequenas concessões obtidas durante o governo petista. Igualmente, se passou com as massas pretas, sobretudo com a sua juventude.

Em resumo, as pesquisas mostram que a maioria explorada dará a vitória a Lula, destacando-se as mulheres e o negros, podendo acrescentar as massas jovens, que enfrentam o

desemprego, o subemprego, a informalidade e miséria. Bolsonaro conta sobretudo com a classe média urbana e rural, que não deixa de representar um contingente social importante. Evidentemente, o bolsonarismo terá votos entre os pobres e miseráveis, inclusive em uma parcela minoritária ou ultraminoritária da classe operária.

O papel das igrejas evangélicas, nesse sentido, tem um peso considerável. Mas, também se manifestaram divisões nas fileiras dos evangélicos, pelo visto, devido ao descontentamento de jovens arregimentados pelas diversas nomenclaturas das igrejas evangélicas. Por outro lado, Lula conta com o apoio de boa parte da igreja católica. A religião conserva uma poderosa influência sobre as massas exploradas. Influência que emerge fortemente nas crises sociais, nos momentos da luta de classes mais acirrada, e nas eleições. Os aparatos das igrejas dependem em grande medida das benesses financeiras do Estado e da política governamental. Eis por que se lançam a eleger representantes que lhes serão fiéis e úteis. Sem um poderoso partido revolucionário, o proletariado e os demais oprimidos não têm como se emancipar da rígida influência da religião e dos ricos aparatos das igrejas.

É necessário acrescentar ainda a união da grande maioria das centrais sindicais, principalmente da CUT e Força Sindical, em busca da eleição de Lula. Velhas rixas burocráticas foram, momentaneamente, postas de lado.

De conjunto, esses fatores vieram à tona nas eleições, refletiram a polarização eleitoral, e evidenciaram a tendência de vitória de Lula. Bolsonaro ameaçou o tempo todo não reconhecer a derrota, aventando a possibilidade de fraude nas urnas eletrônicas. Os militares escoraram os ataques bolsonaristas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Acabaram impondo uma apuração e controle paralelos. O Tribunal de Contas da União (TCU) foi empurrado pelo governo a auditar as eleições. Empresários e pastores evangélicos se reuniram para financiar a campanha, já regada de milhões pelo Fundo Eleitoral e Fundo Partidário. A máquina do Estado, contando com as Forças Armadas e as polícias, foi acionada, em apoio aos comícios eleitorais massivos, principalmente em 7 de Setembro. O governo e os bolsonaristas do Congresso Nacional bancaram o “Auxílio Brasil”, de R\$ 600,00, a mais de vinte milhões de famílias

miseráveis, valor esse muito acima do “Bolsa Família”, dos governos petistas. Nessa mesma linha, vieram o Bolsa Caminhoneiro e outros subsídios eleitoreiros. A economia teve um pequeno reanimamento, o desemprego diminuiu, e a inflação foi contida, sem, contudo, alterar sensivelmente o quadro de subemprego, de informalidade, de rebaixamento salarial e de alta do custo de vida.

O que Bolsonaro podia fazer para se mostrar protetor dos pobres e de setores da classe média foi realizado. Não reverteu, no entanto, a rejeição da maioria dos brasileiros, que mal consegue sobreviver, com menos de um a dois salários mínimos, com o desemprego e subemprego. Essas ações mostram o quanto a democracia e o sistema eleitoral montados pela burguesia brasileira condizem com o domínio oligárquico do País, portanto, com o domínio da minoria de capitalistas. É dessas condições de dominação que se tem um Congresso Nacional afeito a praticar o “orçamento secreto”, forjado no governo de Bolsonaro, que garante enormes privilégios aos parlamentares na máquina do Estado e nas ramificações políticas, em todos os estados da federação. Não são apenas os caixas paralelos organizados por empresários e igrejas que revelam os condicionamentos materiais, ideológicos e políticos sobre as eleições. O Fundo Partidário e o Fundo Eleitoral, somados e conhecidos como “Fundão”, despenderam R\$ 4,9 bilhões dos cofres públicos, para se promoverem as campanhas eleitorais da oligarquia política que comanda o Brasil, a serviço dos industriais, banqueiros, latifundiários e comerciantes.

A pergunta que se faz é como pôde o PT, que nasceu vinculado aos sindicatos e movimentos, ultrapassar a barreira da oligarquia política? Não é simples responder a essa questão. Mas, em geral, a causa se encontra na decomposição da burguesia nacional, que recorreu ao golpe militar de 1964, para esmagar a luta dos explorados, e que sujeitou o País a vinte e um anos de regime ditatorial, concluindo em uma grande crise econômica e política. Os velhos partidos burgueses, que sustentaram a ditadura dos generais, não conseguiram ganhar e manter a confiança da maioria oprimida. Nestas eleições, não conseguiram lançar uma candidatura da denominada “terceira via”, cujo representante é Simone Tebet, do MDB. A recomposição das instituições democrático-burguesas após

a ditadura potenciou um partido de conciliação de classes, capaz de canalizar a revolta do proletariado, dos camponeses pobres e da classe média urbana arruinada para a política de subserviência da maioria oprimida aos seus exploradores. Essa é a função histórica do PT e de seu dirigente máximo, Lula. Uma vez capacitado a vencer as eleições e a governar o País, o PT se integrou completamente nas instituições do Estado burguês e na política oligárquica dominante.

O golpe de Estado institucional de 2016, que derrubou o governo petista de Dilma Rousseff, deu lugar à ditadura civil de Temer, rechaçada pela maioria da população, e, em seguida, à eleição de Bolsonaro, expressão da ultradireita burguesa e pequeno-burguesa, cujo fracasso permitiu a revitalização do PT e a projeção eleitoral de Lula. Durante todo esse processo, o PT e sua burocracia sindical não se dispuseram a enfrentar as contrarreformas de Temer e de Bolsonaro, respectivamente, a trabalhista e previdenciária, bem como as inúmeras medidas antioperárias, que favoreceram a redução do valor da força de trabalho, as demissões e o subemprego. Mas, estando na oposição, o PT se reconstituiu nas condições da crise econômica, social e política, marcada pelos dois anos de Pandemia. O que indica que as experiências das massas com o PT não se esgotaram. Um partido de conciliação capaz de conter a luta de classes é de inestimável valor para a burguesia, embora não seja de seu feito.

Devido à rejeição da maioria oprimida aos velhos partidos oligárquicos e aos novos partidos artificialmente constituídos ou empostados, e à incapacidade de Bolsonaro de continuar governando, Lula trouxe para a sua candidatura parte dos políticos dos velhos partidos, do MDB ao PSDB. A aproximação de Lula e Alckmin, ex-governador de São Paulo pelo PSDB, que entrou na chapa na condição de vice-presidente, constituiu um elo com importantes setores da burguesia. Desta vez, não foi preciso que Lula se comprometesse com uma “Carta ao Povo Brasileiro”, como a de 2002, por meio da qual se comprometia a respeitar a grande propriedade privada dos meios de produção, a estabilidade jurídica dos negócios da burguesia e, em relação aos miseráveis, não ir além do assistencialismo social. Lula poderá ser eleito sobre a base de uma experiência já realizada como governante, que garantiu a dominação capi-

talista, mas que não evitou a crise política. O que resultou em processo judicial por corrupção movido pela Operação Lava Jato, que o condenou à prisão. Nada disso pesou na virada da maioria popular para a candidatura de Lula, e já não teve importância sequer para setores da própria oligarquia burguesa. Eis por que as acusações de corrupção não tiveram o peso desejado pelos seus adversários eleitorais.

O fato é que chegou o momento de trocar um governo burguês por outro, ou seja, um governo de ultradireita fracassado, por um afeito ao democratismo, à colaboração de classes e ao assistencialismo social. A burguesia, no caso da vitória de Lula, engolirá essa variante da política institucional, preparando-se, desde já, para manter os condicionamentos de seus interesses gerais no terceiro mandato de Lula. Essa é a maior dificuldade para os militares e os bolsonaristas aventurarem-se ao golpe de Estado.

Na ausência de um partido revolucionário enraizado na classe operária, prevalece a polarização político-eleitoral entre a centro-esquerda e a ultradireita. O que os explorados devem esperar? Suas ilusões no lulismo logo se chocarão com o novo governo burguês de plantão. O que quer dizer que suas esperanças nas promessas de solução da dramática situação de desemprego, subemprego, baixos salários, pobreza, miséria e fome não se realizarão. É bom levar em conta o fato de que os petistas, que levantaram a bandeira de revogação da reforma trabalhista, se tenham calado, sob a ordem da direção nacional do partido. Lula terá de governar nas condições de continuidade e agravamento da crise econômica nacional e mundial, distintas do período em que se elevou ao poder, em 2003.

O Partido Operário Revolucionário (POR) sempre combateu as ilusões democrático-eleitorais dos explorados, em todas as formas e manifestações da política burguesa e pequeno-burguesa. Trata-se de um imperativo do combate pela independência política do proletariado, e da defesa de suas organizações como instrumentos da luta de classes, como é o caso dos sindicatos. Na impossibilidade de candidaturas verdadeiramente revolucionárias, que encarnem o programa da revolução proletária e da luta por um governo operário e camponês, o POR se tem utilizado das eleições como meio e tribuna para propagandear e agitar o programa de reivindi-

cações próprio da classe operária. Passarão as eleições e um novo governo tomará posse, mas permanecerão na ordem do dia as necessidades mais prementes dos pobres, miseráveis e famintos.

É com essa orientação política e com o programa de emancipação dos explorados que o POR defende, junto aos oprimidos, o voto nulo. Trabalhadores e juventude oprimida, não nos iludamos com as promessas eleitorais, confiemos em nossas próprias forças, que nascem e se fortalecem na luta contra a exploração e os exploradores! Lutemos para pôr em pé nossa própria democracia, que se constrói por meio das assembleias, das comissões de fábrica, dos comitês de bairros, das manifestações coletivas, das greves e da autodefesa contra a violência do Estado. Trabalhadores e juventude oprimida, fortaleçam a construção do Partido Operário Revolucionário. É com esse instrumento que a maioria oprimida reagirá com seu próprio programa ao capitalismo em decomposição, e combaterá pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

## Balanço parcial das eleições

### *Segundo turno dificulta a vitória de Lula*

*2 de outubro de 2022*

A dianteira folgada de Lula no primeiro turno, em relação a Bolsonaro, como previam os principais institutos de pesquisa, não se confirmou. A diferença, entre 48,41% e 43,21%, evidenciou uma força eleitoral de Bolsonaro muito acima das expectativas, apuradas pelo “Agregador de Pesquisa do Estadão”, que indicava 51% das intenções de voto em Lula e 36% em seu adversário. O erro foi enorme.

A distância de seis milhões de votos que separa Lula e Bolsonaro no segundo turno obscureceu a esperada vitória folgada do petista. Já não se tem clareza bem definida da capacidade das cartas de Bolsonaro para vencer e ultrapassar a diferença, que daria vitória a Lula.

No Nordeste e Norte, tudo indica, os votos em Lula continuarão firmes. As vantagens para Bolsonaro se encontram no

Sudeste e Sul. A vitória em primeiro turno dos governadores de Minas Gerais e Rio de Janeiro, dois adeptos de Bolsonaro, por larga margem de votos, pesará na balança no sentido contrário a Lula. É possível que a chegada do candidato bolsonarista ao governo de São Paulo à frente do candidato do PT, que disputarão o segundo turno, servirá de contrapeso aos esforços de Lula em evitar o crescimento de Bolsonaro. O Sul mostrou a profunda penetração da ultradireita bolsonarista. Nada indica que o candidato do PT possa ganhar terreno. Não é preciso detalhar o caso do Centro-Oeste, cuja força do bolsonarismo ficou tão evidente quanto no Sul.

A polarização que marcou o primeiro turno, desde o seu início, vai ser ainda mais acirrada. Certamente, a distância de seis milhões de votos não é desprezível. E Lula, em compensação às vantagens de Bolsonaro, acima assinaladas, contará com o apoio MDB, PSDB, PDT e Cidadania. Juntas, as candidaturas da coligação do MDB, PSDB e Cidadania e do PDT somam cerca de oito milhões de votos, que, evidentemente, serão disputados palmo a palmo. A declaração de apoio de Simone Tebet a Lula será de grande importância. Ciro Gomes reluta, mas o PDT obrigatoriamente está pela ampliação da coligação do PT, PSB, PSOL e PCdoB no segundo turno.

Caso, de fato, Lula consiga congregar os adversários da “terceira via”, a ofensiva dos bolsonaristas se verá diante de uma barreira eleitoral mais consistente. Trata-se de uma possibilidade viável, uma vez que há um setor da burguesia que, na atual situação de crise, prefere Lula a Bolsonaro. A fração burguesa e a pequeno-burguesa, que amparam a candidatura de Bolsonaro, é mais determinada e ofensiva, em seu empenho de impedir a volta de Lula e o PT ao poder do Estado. Essa determinação ficou bem clara no primeiro turno. Mas, Lula conseguiu importantes apoios nos bastidores de influentes grupos econômicos, como demonstra a aproximação do ex-ministro Meirelles. Na polarização entre a ultradireita e a centro-esquerda, se encontram as divisões interburguesas, que, no segundo turno, terão de jogar as últimas cartas do baralho.

Esses aspectos do balanço parcial, que poderão ser ampliados, modificados e mais bem compreendidos com o resultado do segundo turno, são expressões da política burguesa, condicionadas pelo momento eleitoral, que quase sempre expõe a fratu-

ra no seio da burguesia e o estado de ânimo social da pequena-burguesia (classe média). As mudanças das forças políticas no interior da máquina estatal envolvem enormes interesses econômico-financeiros. Eis por que se refletem nas eleições como disputa pela conquista de guerra de posições no comando do País.

A democracia burguesa e as respectivas eleições são meios e caixas de ressonâncias de interesses alheios às necessidades da classe operária, dos camponeses e das camadas mais oprimidas da classe média urbana. Um de seus “segredos” mais bem protegidos se encontra no ocultamento do caráter burguês da democracia, das eleições, das relações partidárias, das alianças políticas, e do próprio governo que sucederá o anterior, caso esse seja derrotado eleitoralmente.

Não é por outra razão que os balanços jornalísticos da disputa eleitoral se limitam às descrições numéricas e aos aspectos “críticos” das atitudes, posições e omissões dos candidatos, afastando qualquer possibilidade de identificação de classe. Esforçam-se por explicar que, apesar de tudo que é falado e feito como malefícios – basta ver as denúncias mútuas de corrupção – imperou a “soberania do povo”, ou seja, do eleitor, como se de fato, em sua somatória, se erguesse como uma força social consciente e destinada a resolver os grandes problemas do país, elegendo os governantes. Força “popular” que teria a função de dirimir as divergências entre os partidos e os governantes, escolhendo uma das vias apresentadas nas eleições.

A população, na realidade, é dividida em classes. E justamente a sua imensa maioria é constituída pelos explorados e oprimidos, que, por sua vez, se distinguem em classes, como a proletária, a camponesa e a pequeno-burguesa. Quem decide o resultado das eleições não são as massas, mas a minoria burguesa, que maneja o poder econômico e político. Basta ver o quanto o Fundo Eleitoral e o Fundo Partidário, que somados correspondem a mais de R\$ 5 bilhões, saqueados dos cofres públicos, condicionam a capacidade de propaganda e arregimentação dos explorados para elegerem os representantes diretos e indiretos dos exploradores. Bolsonaro agiu contra as necessidades da maioria oprimida, durante a Pandemia. Concedeu, no entanto, um “Auxílio Brasil” de R\$ 600,00, que, nas condições de contenção momentânea da elevação do preço dos

combustíveis, redução da elevação inflacionária e reanimação econômica, serviu para se contrapor, apoiando-se em parcelas da população miserável, à memória do assistencialismo de Lula, com seu reles Bolsa-Família. As igrejas, mais abertamente, as evangélicas, assumiram a campanha de Bolsonaro, como se a volta de Lula significasse a subversão comunista, a quebra de “valores” cristãos, da família e da pátria. Tanta mentira e tanta impostura foram descarregadas nos bairros pobres e miseráveis para impulsionar a campanha de Bolsonaro.

Do lado do PT, também não faltaram os aparatos de arregimentação dos explorados. Pela primeira vez, se conseguiu uma quase unanimidade das centrais sindicais em torno à candidatura de Lula, apresentada como a via de solução para o desemprego, subemprego, baixos salários, destruição de direitos, pobreza, miséria e fome. As centrais se uniram a um movimento pela “democracia”, puxado por organizações empresariais e por aparatos burocráticos. Quanto dinheiro se gastou na campanha de arregimentação eleitoral, em nome da democracia e das soluções mágicas a tudo que provoca agonia entre os desempregados, subempregados, trabalhadores informais, subnutridos e famintos!

A polarização eleitoral resultou em enorme divisão entre os explorados, quando deveriam estar unidos, em torno aos seus sindicatos e movimentos, em defesa de um programa próprio de reivindicações e da estratégia de poder, voltada à luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade socialista. A polarização entre Lula e Bolsonaro não nasceu no interior das massas. Foi gestada no interior do poder do Estado e da classe capitalista, nas condições de avanço da crise econômica e de escalada da miséria e fome. É bom lembrar que a polarização política foi se gestando e ganhando proporção cada vez maior nos dois anos de Pandemia. Esteve no centro dos conflitos partidários e governamentais, a política burguesa do isolamento social e a guerra comercial das vacinas, impulsionadas desde fora pelo imperialismo, com os Estados Unidos à frente. Chegou-se a constituir uma CPI da Covid, com o objetivo de viabilizar o impeachment de Bolsonaro. Os conflitos federativos se agravaram. Os choques institucionais chegaram ao ponto de se discutirem as ameaças de golpe de Estado, amparado pelos generais bolsonaristas.

Em meio à crise política, marcada pelas profundas disputas interburguesas, desencadeou-se o processo de fechamento de fábricas, vieram as demissões em massa, impuseram-se os acordos de redução salarial e ampliou-se o número de miseráveis. O rompimento da política burguesa do isolamento social e a volta das manifestações coletivas se deram sob a bandeira de “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Bolsonaro e seus aliados armaram a contraofensiva com a ameaça de golpe. As forças burguesas apaziguaram os ânimos. As manifestações foram sendo desmontadas. Os sindicatos e centrais colaboraram descaradamente com o fechamento de fábricas. Nenhuma medida foi tomada em defesa dos empregos. O descontentamento dos explorados foi sendo canalizado para as eleições. Esse processo de colaboração de classes garantiu a continuidade do governo de Bolsonaro, por um lado, e serviu ao PT e à burocracia sindical, de outro, para armar o campo da polarização eleitoral, por onde as massas foram canalizadas e divididas.

O Partido Operário Revolucionário (POR) trabalhou diuturnamente, durante a Pandemia, para que os sindicatos organizassem a resistência das massas diante do governo obscurantista de Bolsonaro e dos ataques do empresariado às condições de trabalho. Diante das eleições, desenvolveu a linha anterior à polarização eleitoral entre Lula e Bolsonaro. Concentrou a propaganda e agitação em torno a um programa próprio da classe operária, à independência política dos sindicatos, à convocação das assembleias, à formação dos comitês de empregados e desempregados, à resposta às demissões e à defesa da convocação de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, como ponto de partida para a realização de uma greve geral. Sob essa linha, convocou os explorados e a juventude oprimida a não confiarem nas eleições burguesas, a não se deixarem arrastar pela polarização eleitoral, e a confiarem em suas próprias forças coletivas. Diante do segundo turno, o POR mantém a defesa do voto nulo, como expressão da independência de classe e defesa do programa de reivindicações, que permanecerá sob o governo Lula ou Bolsonaro. Evidentemente, o fato de cair o número de votos nulos e brancos evidencia que a polarização ganhou tal proporção, que potenciou as ilusões democráticas entre os explorados, ao ponto de arrastar as camadas mais revoltadas

com os governantes burgueses a não anularem seu voto.

A tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista se sobressai nas condições em que a classe operária e os demais explorados se dividem e são arrastados pela disputa interburguesa. Justamente pela ausência de um poderoso partido do proletariado, não tem sido possível ao POR participar nas eleições com candidaturas próprias, e utilizar as eleições como meio auxiliar ao método da ação direta e da luta de classes.

Como dissemos, esse balanço é parcial. Em seguida ao segundo turno, o conjunto da relação de forças, que se estabelece nestas eleições polarizadas, ficará mais disponível e clara.

### *Segundo turno das eleições*

## **Carta aos trabalhadores e à juventude oprimida**

*10 de outubro de 2022*

No primeiro turno das eleições, o Partido Operário Revolucionário (POR) fez a defesa, junto à classe operária e aos demais explorados, de que não deveriam confiar nas eleições para enfrentar o desemprego, o subemprego, a terceirização, os baixos salários, a destruição de direitos trabalhistas, enfim, para enfrentar a brutal exploração que sofre a maioria oprimida. Nas condições em que o POR em construção não tinha como ter candidaturas próprias, defendeu perante os explorados o voto nulo, sendo essa a melhor resposta diante das eleições dominadas pelos grandes partidos da burguesia, cujo resultado será o de substituir um governo burguês por outro. Assim, o POR mostrou em sua campanha que a classe operária deve confiar apenas em suas próprias forças. Ou seja, que deve confiar em sua capacidade de luta coletiva, confiar apenas em seus meios de combate à pobreza, miséria e fome, como a greve, manifestação, ocupação e bloqueio. Não devem, portanto, jamais confiar nos partidos e nas candidaturas burguesas, ou que servem à burguesia.

Na porta das fábricas, com o Boletim Nossa Classe, o POR chamou os operários a se colocarem em defesa de um programa próprio de reivindicações, e a exigirem dos sindicatos

que convocassem as assembleias para organizar um movimento pelos empregos, salários e direitos trabalhistas; um movimento pelo fim da contrarreforma trabalhista de Temer, e da previdenciária, de Bolsonaro.

O Boletim Nossa Classe mostrou o quanto é necessário acabar com a terceirização, que tem servido para rebaixar os salários e submeter nossa força de trabalho a empresas de terceirização. Mostrou o quanto é necessário enfrentar o fechamento de fábricas, ocupando imediatamente aquelas que estão sendo fechadas, impondo o controle operário da produção, e exigindo a estatização sem indenização aos capitalistas. Inúmeras fábricas foram fechadas, sem que as direções sindicais organizassem as ocupações e defendessem a estatização.

Todo trabalhador sente na pele a alta do custo de vida, que, combinada com o desemprego, leva milhões de famílias à miséria e à fome. Está aí a barbárie da “Cracolândia”, gerada pelo capitalismo em decomposição, para retratar as denúncias do Boletim Nossa Classe.

Diante do governo Temer, que nasceu do golpe de Estado, passando pelo governo Bolsonaro, eleito em 2018, o Partido Operário Revolucionário vem sistematicamente trabalhando pela organização e união da classe operária, em defesa de seu programa próprio de reivindicações e contra o fechamento de fábricas.

Vieram as eleições depois do movimento “Fora Bolsonaro e Impeachment”, e o Partido Operário Revolucionário manteve a luta pelo programa próprio, pela organização independente dos explorados diante dos partidos da burguesia, e unidade operária no combate às demissões, ao fechamento de fábricas, ao salário-mínimo de fome, às demissões, enfim, contra todo ataque dos governos burgueses e dos capitalistas às condições de existência da maioria oprimida. Agora, os explorados estão sendo chamados a votar no segundo turno em Lula ou Bolsonaro.

De fato, permaneceu a polarização entre o candidato da coligação do PT e da coligação do PL. O que muda é a correlação de forças dos aparatos partidários ligados ao Estado e do alinhamento das frações burguesas, que passam a sustentar as candidaturas rivais. No fundamental, permanece a divisão da maioria oprimida, que foi sendo arrastada, desde o primeiro turno, por detrás das duas candidaturas que servem à classe capitalista.

Mais uma vez, os explorados são convocados a decidir pela eleição de um governo que não será seu governo, mas sim um governo absolutamente subordinado, em última instância, aos interesses gerais da classe capitalista exploradora e esfomeadora de milhões de brasileiros. A luta por um governo da maioria oprimida se dará por meio da revolução proletária, que constituirá um governo operário e camponês. Esse é o objetivo estratégico que guia a política do POR, em todas as circunstâncias de enfrentamento das massas oprimidas com seus opressores, e, em particular, diante das eleições, que desviam os explorados de seu caminho próprio de luta, e que definem qual partido e aliança governamental garantirá a manutenção do capitalismo.

Nenhum apoio dos explorados para constituir um novo governo dos exploradores, seja com Lula, seja com Bolsonaro! Vote Nulo! Esse é o conteúdo político da posição do POR, tanto no primeiro como no segundo turno. Mas, sabemos que o voto nulo em si se perde no emaranhado das eleições burguesas. Eis por que o POR não fez e não faz campanha pelo voto nulo em si mesmo.

Mostramos e explicamos durante toda a campanha do primeiro turno que a defesa do voto nulo se subordina à organização dos explorados no seu terreno da luta de classes, e sob seu programa próprio de reivindicações e de enfrentamento às relações capitalistas de escravização assalariada. O mesmo conteúdo classista e a mesma diretriz voltada a opor a classe operária à classe burguesa continuam vigentes no segundo turno. Isso nas condições políticas em que o POR se encontra em desenvolvimento, e os explorados não se acham ainda em condições de impor à burguesia um partido revolucionário nos marcos da própria democracia burguesa.

O fato de reduzirem sensivelmente os votos nulos e brancos no primeiro turno indica que a polarização eleitoral e a divisão entre as massas, promovidas por um rico e poderoso aparato de propaganda ideológica da burguesia, elevaram às alturas as ilusões democráticas, de que o resultado dessa disputa será benéfico para os pobres e miseráveis, a depender de quem seja o eleito.

Não há dúvida de que os milhões que deram a vitória a Lula no primeiro turno expressaram uma rejeição progressi-

va, em relação à candidatura obscurantista de Bolsonaro. No entanto, suas insatisfações sociais e seus instintos de revolta foram e são canalizados para a ilusão de que Lula fará um governo para os pobres e miseráveis. Os milhões que seguiram Bolsonaro, por sua vez, expressaram e expressam as camadas mais apreensivas da classe média, que se sentem acosadas pela crise econômica, e que pressentem um horizonte de ruína mais aguda de suas condições de classe privilegiada, em relação à pobreza e à miséria da maioria.

É preciso, porém, assinalar que a classe média evidenciou um peso consideravelmente capaz de influenciar politicamente, e de arrastar eleitoralmente por detrás de seu conservadorismo e de seus prejuízos uma camada de operários, de pobres e miseráveis para o bolsonarismo. Não por acaso, os sindicatos e movimentos se destacaram na arregimentação das massas por detrás de Lula, como parte, evidentemente, de todo um aparato que o PT e aliados montaram, desde que se ergueram como uma força política nos marcos do Estado burguês. Da parte de Bolsonaro, destacaram-se as igrejas evangélicas, grupos econômicos e o braço armado do Estado (Forças Armadas e polícias).

No segundo turno, acirram-se as disputas, com um realinhamento maior ainda dos aparatos de ambos os lados. As massas, assim, servem de instrumento à polarização no seio da política burguesa, que, por sua vez, expressa o agravamento das divisões interburguesas, nas condições de avanço da crise econômica nacional e internacional.

Sem um poderoso partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista, os explorados não puderam contar com uma direção que desse expressão política e organizativa às necessidades vitais da maioria oprimida, contrapostas aos aparatos burgueses, à arregimentação ideológica, à democracia oligárquica e à decomposição de conjunto da política burguesa e pequeno-burguesa.

As correntes de esquerda, que contaram com candidaturas próprias, a exemplo do PSTU e PCB, foram esmagadas pela polarização. Mas esse não foi o problema fundamental. O fundamental se encontra no fato de não se apresentarem como uma direção revolucionária, cujo dever era o de empunhar a estratégia e o programa da revolução proletária, de forma a utilizar as eleições e as suas candidaturas como meios auxiliares à

luta de classes e à defesa do programa próprio dos explorados. Justamente, por não corresponderem a essa exigência principista, acabaram declarando voto em Lula, no segundo turno. O PSOL, em sua condição de partido pequeno-burguês, sai das eleições mais adaptado ao parlamentarismo burguês.

Os trabalhadores e a juventude oprimida, passadas as eleições, logo vão se deparar com um novo governo, provavelmente, o de Lula, que terá de se sujeitar às determinações gerais da classe capitalista, que necessariamente continuará descarregando a crise sobre as massas. Caso seja Bolsonaro o vencedor, haverá um continuísmo, cuja política já foi reprovada pelas camadas mais pobres e miseráveis da classe operária, dos camponeses sofridos e de uma parcela arruinada da classe média. Mas, certamente, pesarão contra a luta independente dos explorados, a polarização e a divisão introduzidas no interior da maioria oprimida.

O trabalho do POR em defesa do programa de reivindicações, do método da ação direta, da organização de base, da libertação dos sindicatos do arrivismo da burocracia sindical e da estratégia da revolução proletária emergirá com mais força, e será identificado pelo proletariado como expressão genuína dos interesses dos pobres e miseráveis, do mais discriminados e marginalizados. A estratégia revolucionária corresponde ao programa de expropriação da burguesia, da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e, portanto, da destruição do poder burguês e da constituição do poder da classe operária, da ditadura do proletariado.

É com essa concepção e com essa linha política que chamamos os trabalhadores a não confiarem nas eleições burguesas, a confiarem em suas próprias forças, a lutarem por um programa próprio de reivindicações e a votarem nulo, tendo por objetivo fortalecer a construção do Partido Operário Revolucionário, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

***Trabalhadores e juventude oprimida, estejam com o Partido Operário Revolucionário e contra os partidos da burguesia! Trabalhadores e juventude oprimida, lutemos pela independência de classe diante da política dos capitalistas! Trabalhadores e juventude oprimida, votem nulo no segundo turno!***

## Novas composições no segundo turno

*16 de outubro de 2022*

As pesquisas de intenção de voto ficaram muito comprometidas com os erros de previsão do resultado do primeiro turno. Mas confirmaram a tendência geral de Lula arremeter o maior número de votantes a seu favor. Agora, as pesquisas novamente indicam que Lula está à frente, embora com uma diferença menor. Se se confirmar a tendência geral, estará assegurada a sua vitória. Mas, os próprios analistas receiam arriscar uma previsão, porque ainda é cedo, e as forças bolsonaristas têm campo para avançar.

Tudo indica que a derrota de Bolsonaro como maior possibilidade abriu caminho para os estrategistas eleitorais do PT obterem a aproximação do espectro de centro-direita da política burguesa e de setores empresariais. A escolha de Geraldo Alckmin para compor a chapa de Lula, ocupando a vice-presidência, seguiu o cálculo da necessidade da candidatura petista aproximar-se de uma importante fração da classe capitalista, sem o que seria muito mais difícil vencer as eleições, e, ainda muito mais difícil, governar o País, nas condições de crise econômica nacional e mundial.

A debilidade da candidatura denominada “terceira via”, representada por Simone Tebet, e escorada na coligação MDB, PSDB, e Cidadania, e seu completo naufrágio, abriram a possibilidade de uma divisão no segundo turno, parte pendendo para Lula, parte para Bolsonaro. O mais importante, porém, desse estilhaçamento da coligação, foi o fato de Tebet, não apenas declarar apoio a Lula, como também se colocar como seu cabo eleitoral. Esse feito estava mais ou menos previsto. Tebet se destacou, no Senado, como um dos parlamentares mais crítico à política de Bolsonaro no período da Pandemia, ao ponto de se colocar à frente da CPI da Covid. Preparava-se assim para a disputa eleitoral que viria mais adiante. O quarto colocado, Ciro Gomes, fez um gesto formal de apoio a Lula, mas seu partido, PDT, logo se juntou ao bloco petista.

Nas fileiras do bolsonarismo, também houve alguns deslocamentos em direção a Lula, como é o caso do prefeito evangélico de Belford Roxo, importante município do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense.

Uma plêiade de intelectuais e economistas do PSDB, críticos contumazes do lulismo, por seu turno, não se pejaram em declarar seus votos ao candidato do PT. Finalmente, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso apareceu em público, definindo-se pela vitória de Lula.

Em um encontro chamado de “Derrubando Muros”, o caudilho petista selou uma aproximação com setores do agronegócio. É sintomático que Alckmin tenha conseguido trazer para as hostes de Lula um representante do agronegócio, Pimenta da Veiga, muito ligado a Bolsonaro. Lula necessita atrair uma parcela do agronegócio, que se firmou como uma poderosa base para a direita e a ultradireita.

Tudo indica que, do lado do Bloco do PL, do bolsonarismo, os apoios já eram esperados, como os dos governadores eleitos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os evangélicos atuam como batalhões, para reduzirem a rejeição da imensa maioria do eleitorado feminino a Bolsonaro. Lula e o PT se veem pressionados a declararem-se contrários ao direito de aborto, e a assumirem o compromisso de darem continuidade às benesses fiscais às igrejas, criadas pelo presidente da República.

A descrição desses deslocamentos mostra que a vitória no primeiro turno, mesmo que apertada, e perspectiva de Lula derrotar Bolsonaro no segundo turno, ainda que apenas como maior possibilidade, estabeleceram uma ampla aliança burguesa opositora ao continuísmo.

O presidente conseguiu controlar o Congresso Nacional, principalmente a Câmara de Deputados, por meio do “orçamento secreto”, e manter ao seu lado as Forças Armadas, mas fracassou em domar a cúpula do judiciário, cujas várias decisões se chocaram com a tentativa de Bolsonaro se impor como um governante bonapartista. As divisões na política burguesa e na burocracia do Estado se manifestaram com maior virulência na dissonância entre o Executivo e o Judiciário. As crises políticas sucessivas acabaram sempre passando por esse caminho, ao ponto de Bolsonaro e dos seus generais se esforçarem por colocar a “espada de Dâmocles” de um golpe de Estado sobre a cabeça do Supremo Tribunal Federal (STF). As desavenças em torno às urnas eletrônicas foi uma das cisões mais graves entre os dois poderes do Estado burguês. Eis por que ex-ministros do Judiciário estão decla-

radamente pela volta de Lula à presidência.

O movimento “em defesa da democracia”, que acabou envolvendo pesos pesados do empresariado, sem dúvida, fortaleceu os deslocamentos que, agora, no segundo turno, possibilitaram a almejada frente ampla antibolsonarista, que foi esboçada durante as manifestações do “Fora Bolsonaro e Impeachment”, montadas assim que a Pandemia se arrefeceu e se esgotou a diretriz do “isolamento social”, do “fique em casa”. Está aí por que os objetivos eleitorais da bandeira “Fora Bolsonaro e Impeachment” acabaram confluindo com a rejeição de influentes setores da burguesia aos ataques dos bolsonaristas ao Judiciário, e à ameaça de golpe explicitada pelo próprio presidente da República.

As direções das mais importantes centrais sindicais, entre elas a CUT e Força Sindical, cabendo citar a CTB controlada pelos estalinistas do PCdoB, deram as mãos à Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e à Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), sob o rótulo de “defesa da democracia e do Estado de Direito”. Essa fusão política entre organizações dos trabalhadores como as dos empresários demarcou um amplo campo de oposição burguesa à continuidade de Bolsonaro. Como a terceira via nasceu morta, somente restou a alternativa Lula, que manteve a ascendência sobre vastas camadas populares e sobre determinadas regiões do País, mais precisamente, sobre o Nordeste.

A recuperação dos direitos políticos de Lula e a condenação da Operação Lava Jato por “exceder os marcos legais” se deram em meio à agudização da crise de governabilidade, impulsionada pelas contradições econômicas, pelo avanço da barbárie social, e pela crescente desmoralização da conduta política de Bolsonaro e seus asseclas. Lula deixou a prisão como candidato que poderia galvanizar a oposição burguesa, que foi se ampliando, na medida em que o governo de Bolsonaro afundava, incapacitado de responder às pressões da crise, e de manter unidas as forças burguesas, que lhe calçaram a vitória, em 2018, contra o petista Haddad.

O mais importante a ser extraído e compreendido da descrição desse processo reside no fato de a candidatura de Lula se potencializar e se manter firme na liderança da disputa eleitoral, graças à confluência de um setor da burguesia – peso

pesado – que já não via como salvar o governo de Bolsonaro da catástrofe política, para uma solução ainda que não a mais desejada. Essa confluência desaguou no segundo turno no sentido de demarcar antecipadamente os limites traçados pelo poder econômico para um terceiro mandato de Lula.

Certamente, esses limites, que não podem ser delimitados com precisão, serão cobrados de acordo com as novas etapas da crise econômica e política, que em geral estão indicadas no horizonte. Em princípio, a administração de Lula terá de continuar com a política de descarregar a crise econômica e a desintegração do capitalismo sobre os ombros da maioria oprimida. As camadas mais pobres e miseráveis serão as responsáveis pela derrota de Bolsonaro, mas não terão como ver realizadas suas ilusões democráticas amplamente despertadas pela polarização nas entranhas das divisões e disputas interburguesas. O lugar de Lula como governante será o de utilizar sua ascendência sobre as massas e o controle da burocracia sindical para desviar e desarmar as tendências de revolta dos explorados, que ficaram ocultas e abafadas sob a polarização eleitoral.

## **Decomposição da democracia oligárquica**

O PL e a aliança que encarnou o bolsonarismo saíram fortalecidos na composição do novo Congresso Nacional. Poderão dar um fôlego ainda maior ao denominado “centrão”. E como parte do espectro do centrão, a direita e ultradireita, comandada pela Frente Parlamentar Evangélica na Câmara de Deputados, se ergue como um de seus pilares. O PT conquistou a posição de segunda força parlamentar, mas, mesmo somado aos aliados de centro-direita, ficou muito aquém do bloco de força da direita e ultradireita. Há que considerar ainda a possibilidade dos bolsonaristas controlarem a governabilidade no Sudeste e Sul. Falta apenas a definição de segundo turno no estado de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Caso se complete esse quadro, em princípio, estará colocada a formação de uma aliança de direita e ultradireita bastante forte e hostil ao novo governo. No caso de Lula vencer, essa emersão de governadores de direita será um fator de instabilidade do governo federal, considerando o fato dessa orientação política prevalecer no Congresso Nacional. A mesma possibi-

lidade se pode prever nas esferas municipais. Essa correlação de forças que emerge das eleições, se se confirmar plenamente, será muito desfavorável ao governo de Lula, que estará, de um lado, nas mãos da aliança de centro-esquerda, e acossado pela aliança de direita e ultradireita, de outro.

Trata-se de um prognóstico geral, baseado na polarização do momento. Evidentemente, as contradições econômicas e a luta de classes condicionarão a dinâmica desses polos. Tendo em vista que os problemas econômicos e sociais tendem a se potencializar, nacional e internacionalmente, Lula dificilmente terá um espaço necessário para ocultar o caráter antioperário e antipopular de seu governo, como teve nos seus dois mandatos anteriores. E se verá na contingência de expor o seu servilismo diante das potências imperialistas.

A política burguesa de conjunto tende à direita, o que torna o peso da ultradireita mais significativo. Observamos que não se trata de um fenômeno estritamente nacional, mas de ordem internacional. O golpe de Estado de 2016, que derrubou o governo de Dilma Rousseff, guarda alguma semelhança na forma com o que acabou com o mandato de Collor de Melo, em dezembro de 1992. A diferença está em que o impeachment de Dilma expressou a tendência de direitização da burguesia em geral, que se manifestou ainda no governo de Lula, e que se encorpou no governo de Dilma, que se viu diante do fim do ciclo de bonança econômica, a qual favoreceu a governabilidade no período de seu antecessor.

Os governos de Temer e Bolsonaro impuseram as contrarreformas, há muito exigidas pelo capital financeiro e pelos credores da dívida pública do Brasil. Os governos petistas haviam cedido em favor das contrarreformas, mas não ao ponto de promoverem mudanças sistêmicas, como fizeram Temer e Bolsonaro. A direitização da política e da governabilidade burguesas se devem às contradições que se movem na base econômica do País, cujas tendências gerais são de baixo crescimento, estagnação e recessão.

Os sonhos do PT reformista, a idealização da implantação de um “governo democrático-popular”, a esperança de alcançar um “crescimento sustentável, com distribuição de renda” e a promessa de acabar com a fome ficaram enterrados nos anos de administração petista do Estado, e de adaptação às

relações oligárquicas da democracia burguesa, que apodrece indistintamente.

Lula saiu da prisão para exercer o que conserva da força de um caudilhismo, potenciado no período em que o restabelecimento da democracia, após o fim da ditadura militar, permitiu um reordenamento das forças políticas burguesas, voltado a canalizar a revolta dos explorados e a disciplinar a luta de classe por meio da arregimentação dos sindicatos, da legislação punitiva e da repressão policial. Passado o processo de ascensão e queda do PT reformista, a retomada da escalada ao poder presidencial se dá nas condições em que a política burguesa pende à direita, e em que o caudilhismo de Lula depende ainda mais do apoio de poderosos grupos econômicos e do favorecimento do aparato do Estado.

No seio das massas, consolidou-se a ação das igrejas evangélicas, que vêm rompendo o velho monopólio da igreja católica. A política no estado do Rio de Janeiro está prenhe da influência do proselitismo evangélico, de um lado, de das milícias, de outro. Em outros estados do Sudeste e do Sul, o bolsonarismo se aclimatou nas searas da classe média e dos pequenos e médios capitalistas. E o lulismo continuou apoiando-se na classe operária e nas massas pobres desses estados, e, sobretudo, nas dos estados do Nordeste. Mas, o reformismo já demonstrou sua impotência política diante dos choques entre as forças produtivas e as relações de produção, que ultrapassam as fronteiras nacionais, ou mais precisamente, que expressam o declínio mundial do capitalismo.

Não há, nos marcos do capitalismo envolto em contradições de caráter histórico, como a democracia, o seu ordenamento de poderes e os partidos da ordem se estabilizarem e estancarem o processo de decomposição. Não somente o bolsonarismo é a prova viva desse fenômeno, como o próprio PT, carcomido por todos os vícios, todas as distorções e todo tipo de arrivismo da política burguesa, antioperária e antipopular, que sobrevive em estado de putrefação, graças à profunda crise de direção, à desorganização dos explorados e, assim, ao atraso da revolução social, proletária.

## **A face antidemocrática das eleições**

Não há novidade no fato de as eleições expressarem as características oligárquicas da democracia burguesa no Brasil. Mas, há particularidades que mostram o quanto avançou a sua decomposição. O Fundo Partidário e o Fundo Eleitoral concentram privilégios e poder partidário. A lei que impede a contribuição do poder econômico na forma de contribuição jurídica se mostrou facilmente burlável. Grupos empresariais se empenharam em influenciar a polarização de forma aberta e ostensiva. O “orçamento secreto” favoreceu enormemente uma casta de parlamentares ligada ao presidente da República. Bolsonaro se utilizou descaradamente da máquina do Estado, não apenas se valendo do assistencialismo, como o “Auxílio Brasil” e subsídios a grupos sociais, como também da estrutura estatal.

A “guerra eleitoral” pelas redes sociais se fez com muito recurso financeiro, e com a perícia de traficantes de informações e de propaganda ideológica. As igrejas evangélicas foram acionadas em escala de um “exército” de “guerra ideológica”, evidenciando-se como uma grandiosa organização material apoiada no Estado, e protegida pelo governo Bolsonaro. Tornaram-se capazes de disputar com a igreja católica, que historicamente fez e faz parte do Estado, e serviu e serve de valioso instrumento para a dominação burguesa sobre as massas.

As candidaturas e a conseqüente polarização entre Lula e Bolsonaro agiram como francamente arrebanhadoras das massas, divididas entre evangélicas e católicas, mulheres e homens, pretos e brancos, pobres e miseráveis, nordestinos e sulistas etc. Os planejadores de campanhas puderam esquadriar as relações sociais, econômicas e ideológicas, de forma a espalhar falsificações, mentiras e promessas, graças aos milhões e milhões conferidos pelos Fundo Partidário e Fundo Eleitoral, pelo “orçamento secreto”, pela intervenção de grupos empresariais, pelos canais da burocracia do Estado e das instituições religiosas e civis.

Há que acrescentar o fato de os sindicatos e centrais sindicais terem sido arrastados por essa avalanche de disputa política e ideológica nos marcos da dominação burguesa sobre a maioria oprimida. O que indica o alto grau de estatização das organizações sindicais. A política de conciliação de classe,

cuja fonte mais copiosa se encontra no PT, circundado pelos aparatos da esquerda reformista, estalinista e socialdemocrata, não escapa à força dos aparatos e condicionamentos das igrejas. Bolsonaro, de católico, se identificou com as igrejas evangélicas; Lula sempre foi um adepto do catolicismo. Todas essas expressões políticas e ideológicas da dominação burguesa vieram à tona com meridiana clareza e na forma de “guerra” pela arregimentação da maioria oprimida, e, entre ela, da classe operária, que é a classe revolucionária capaz de alcançar a independência política e organizativa por meio da construção de seu partido, que encarna o programa da revolução social.

## **A luta pela independência de classe do proletariado**

É nas condições acima descritas, analisadas e avaliadas do ponto de vista dos explorados que o Partido Operário Revolucionário (POR) utilizou-se das eleições para propagandear e agitar o programa próprio da classe operária, e demonstrar que, por meio do voto, se preserva o regime social de exploração do trabalho, fonte de pobreza, miséria e fome.

A defesa do voto nulo se concretizou, principalmente, na porta de fábricas, por meio do Boletim Nossa Classe, e mais amplamente pelos cartazes.

Esteve e está claro no segundo turno que o POR lutou e luta na contracorrente da contundente polarização político-eleitoral. O que explica a drástica diminuição dos votos brancos e nulos. Em outras palavras, não foi possível a uma parcela importante das massas mostrar seu descontentamento e reprovação da política governamental por meio do voto branco e nulo. A imensa maioria da classe operária, dos camponeses, da pequena burguesia arruinada e da juventude oprimida foi arregimentada para as duas candidaturas, que, sem dúvida, se distinguem pelo democratismo e pelo autoritarismo burgueses.

O POR não desconhece, nem desconsidera, as diferenças entre um governo de centro-esquerda e um de ultradireita. A experiência com o mandato de Bolsonaro mostrou que seus traços de governo bonapartista, tendente aos traços fascizantes, não puderam prosperar ao ponto de concorrer ao segundo mandato como candidatura francamente fascista, como avaliam o PT e correntes de esquerda.

É necessário ter claro se, de fato, os explorados estão diante de um golpe fascista, que põe em risco a própria democracia burguesa. A tendência geral da burguesia de pender para a direita não é suficiente para se afirmar que a democracia esteja às portas de sua liquidação. A instabilidade do regime político é enorme, ao ponto de Bolsonaro acenar com o desejo de se manter no poder por meio de um golpe. Emergiu um setor da burguesia disposto a uma aventura golpista. Bolsonaro foi obrigado, porém, a se sujeitar à disputa com seu mais odiado rival, evidenciando, assim, que a fração mais poderosa do capital, amparada pelo imperialismo, não chegou à conclusão de que o funcionamento democrático está, na presente situação, esgotado.

É importante essa avaliação, porque as esquerdas que lançaram candidaturas à presidência – PSTU, PCB e UP – decidiram pelo voto em Lula no segundo turno, sob a justificativa de combate ao fascismo. Procura-se mascarar as suas políticas oportunistas, com as quais participaram das eleições com candidaturas próprias. Como partidos legalizados e com acesso aos recursos eleitorais do Estado, poderiam aproveitar para expor aos explorados o caráter burguês das eleições e da polarização entre Lula e Bolsonaro, de forma que, munidos de princípios classistas, poderiam ter, desde o primeiro turno, se colocado no terreno da luta pela independência de classe do proletariado. Mas, o centrismo e o estalinismo (PCB e UP são variantes do estalinismo), desenvolvem uma política no seio da democracia burguesa, que se manifesta em contradição com o programa da revolução e ditadura do proletariado. Foram esmagados pela polarização, sem que pudessem tirar proveito eleitoral das ilusões democrática das massas, e da adaptação oportunista à democracia comandada pela oligarquia capitalista. Essa conduta tão somente repete posições anteriores, mas em situação de maior arrivismo pequeno burguês.

Uma importante mudança passa a ocorrer a partir dessas eleições. Ao vigorar a cláusula de barreira, perderão uma fonte de financiamento de suas políticas oportunistas, podendo inclusive ficar impossibilitados de participar em futuras eleições. Eis por que o PSOL correu a se federar com o partido de Marina Silva, o Rede. Esse partido pequeno burguês, nascido

no ventre do PT, se salvou da lei discricionária, graças à profunda adaptação nos marcos da democracia burguesa. Mas, nenhum partido assentado essencialmente na classe média pode garantir-se por muito tempo entrelaçado à democracia oligárquica.

Notamos que todos os partidos caminharam à direita, de forma mais ou menos pronunciada, como reflexo das tendências burguesas. Sem estar com os dois pés fincados no campo da independência de classe, era impossível nessas eleições polarizadas as esquerdas não serem arrastadas para posições mais à direita do que de costume. O voto no segundo turno em Lula é consequência das posições desenvolvidas no primeiro turno.

Houve pequenos agrupamentos anarquistas e ultraesquerdistas que se colocaram pelo voto nulo, mas, como tais, não puderam se apresentar com uma tática eleitoral que correspondesse à estratégia revolucionária. Uma parte dessa militância terá de compreender a política do POR para abraçar o programa da revolução proletária. As bases operárias ou proletarizadas do PSTU, do PCB e UP terão de romper com o oportunismo e se colocar pelo fortalecimento do POR.

O isolamento sofrido pelos marxista-leninista-trotskistas é passageiro, restrito à polarização eleitoral, uma vez que a defesa do programa, dos métodos próprios de combate dos explorados, da organização e democracia proletárias estão de acordo com as condições objetivas da crise e da desintegração do capitalismo. As massas logo verão que o novo governo, seja Lula, seja Bolsonaro, não poderá cumprir o que prometeu, e terá de aplicar medidas antinacionais e antipopulares, para assegurar os interesses dos banqueiros, industriais, latifundiários e agroindustriais.

O programa divulgado e explicado pelo POR se manterá no dia seguinte ao segundo turno como a única via para a classe operária e os demais oprimidos se defenderem contra a barbárie da fome. Barbárie essa que se vem potenciando com a guerra comercial impulsionada pelo imperialismo e pela guerra militar, que despedaça a Ucrânia e se reflete em toda a Europa e no mundo.

# Um chamado do Partido Operário Revolucionário aos trabalhadores e à juventude oprimida

*21 de outubro de 2022*

Faltam poucos dias para a decisão eleitoral de segundo turno. A acirrada polarização pelos votos da população do primeiro turno se tornou uma verdadeira guerra do vale tudo. Imperam as mentiras, as falsificações, o engano, as promessas, o uso da máquina do Estado, as ameaças patronais aos seus empregados, o farto financiamento de campanha, a arregimentação de cabos eleitorais e a pregação nas igrejas. Essa montanha de dejetos, lixos e estrumes é despejada por gigantescas caçambas sobre a população, para dividi-la entre duas candidaturas que servem à preservação do capitalismo em decomposição e aos interesses da classe burguesa, principalmente do capital financeiro, industrial, agrário e comercial. Assim, se armou uma grande divisão entre a maioria oprimida. Quem comanda, em última instância, as eleições é a minoria capitalista, que explora e esfola a imensa maioria dos brasileiros.

Entre a minoria exploradora, se gestou a divisão política, devido à crise econômica, à recessão, à estagnação ou ao baixíssimo crescimento. Em meio às eleições, vieram à tona os choques de interesses entre os grupos econômicos, que precisam manter a brutal exploração do trabalho, a lucratividade e a acumulação de riqueza. Os capitalistas se valem e precisam do Estado, dos governos e dos parlamentares para tocarem os seus negócios. São verdadeiros parasitas da União, dos cofres públicos, dos bancos estatais e da dívida pública.

O presidente da República, os governadores, os prefeitos, os senadores, os deputados e os vereadores devem, de conjunto, servir à governabilidade do capital, ou seja, dos negócios dos banqueiros, industriais, latifundiários e comerciantes. Mas, diante da crise econômica, a classe capitalista se divide em interesses particulares. Entre os banqueiros, os industriais, os agroindustriais e os comerciantes surgem di-

vergências quanto às medidas governamentais, que podem favorecer mais a uns do que a outros. Em uma situação de inflação alta, da elevação da taxa de juro, de persistente desemprego nas alturas, de explosão da miséria, de diminuição da capacidade de consumo da população, de inadimplência crescente entre a população, de fechamento de milhares de fábricas, de pressões do mercado mundial, de maior exigência dos monopólios e de uma guerra na Europa, como ocorre na Ucrânia, tudo isso provoca instabilidade e divisões no interior da classe capitalista.

Eis por que os mesmos capitalistas, que se uniram para derrubar o governo petista de Dilma Rousseff, impor ao País a ditadura civil de Temer e levar Bolsonaro à presidência da República pela via eleitoral, agora, se dividem entre a disputa de Lula e Bolsonaro. Os banqueiros, industriais e latifundiários se deram as mãos para sustentar os governos Temer e Bolsonaro, que iriam impor à classe operária e aos demais explorados a reforma trabalhista, as leis da terceirização, a reforma da Previdência, ao mesmo tempo que desoneravam a folha de pagamento e ampliavam os subsídios aos capitalistas.

Na Pandemia, também houve uma grande divisão na classe burguesa em torno às vacinas, hospitalizações e aplicação de medidas econômicas. O governo Bolsonaro praticamente naufragou, golpeado pela incapacidade de proteger as massas e pelo fogo concentrado da oposição, que o caracterizou de “negacionista” e “genocida”. Em todos esses casos, os governantes acabaram descarregando a crise sobre a maioria oprimida. E, por sua vez, a oposição burguesa - que esteve sob o comando do governador Doria (PSDB) e que foi apoiada pela burocracia sindical, vinculada ao PT, Solidariedade, PCdoB etc., que comandam a CUT, Força Sindical, CTB, UGT etc. - fez parte da política de manter os explorados desmobilizados e submetidos às brigas entre os governantes.

Naquele momento de travessia trágica para a família trabalhadora, os sindicatos tiveram suas portas fechadas, em nome do “isolamento social”. As divergências entre o governo Bolsonaro e a oposição burguesa não resultaram em proteção das massas. Os explorados arcaram com cerca de 700 mil mortes, se viram golpeados pelo desemprego, subemprego e informalidade e foram empurrados para o precipício da miséria e da fome.

O movimento “Fora Bolsonaro e Impeachment” - organizado pelas centrais, sindicatos e partidos de oposição, com o PT à frente, depois que a pandemia arrefeceu - não foi para unir os explorados em um movimento nacional pela defesa dos empregos, dos salários, dos direitos trabalhistas, da saúde e da moradia. Não foi para derrubar as contrarreformas trabalhista e previdenciária. Não foi para acabar com terceirização e a informalidade. Não foi para enfrentar o fechamento de fábricas. O movimento “Fora Bolsonaro” foi um meio para aplinar o caminho das eleições.

Chegamos, assim, à guerra pelo voto dos pobres, miseráveis e famintos. Lula e Bolsonaro levaram a divisão política da burguesia para dentro da família operária, das fábricas, dos estabelecimentos comerciais, das escolas, dos bairros empobrecidos e das favelas. Os aparatos do Estado, das instituições privadas e das igrejas se colocaram a todo o vapor a serviço da polarização, como se a disputa eleitoral pelo poder presidencial se originasse das necessidades da maioria oprimida. A corrida pelo voto foi direcionada às mulheres, às camadas sociais mais pobres, aos evangélicos e católicos, aos nordestinos e sulistas, aos pretos e brancos, enfim, foi planejadamente voltada a arregimentar a maioria oprimida por detrás de uma candidatura ou outra. Para isso, milhões foram gastos do Fundo Eleitoral e Partidário, e das abundantes contribuições de ricos empresários.

Armou-se uma atmosfera bolsonarista-religiosa, poluída e venenosa, contra o direito ao aborto. Formou-se uma atmosfera conservadora e reacionária a favor de uma lei de redução da maioridade penal, para punir mais duramente os jovens e crianças infratores. Submeteu-se descaradamente a sexualidade à religião. Incentivou-se todo tipo de preconceito. Mentiu-se fartamente sobre o racismo. E se advogou a violência policial como se fosse um bem a favor da população.

O PT, que se pretende reformista e progressista, se viu envolvido por essa atmosfera religiosa-policial, mostrou-se incapaz de combater o patriarcalismo religioso e o obscurantismo de seu adversário eleitoral. Lula curvou-se ao império do voto. Acabou divulgando uma Carta aos Evangélicos, colocando-se no campo, sobretudo, da opressão sobre a mulher. No fundo da ideologia burguesa sobre as discriminações, está a opres-

são de classe sofrida pela imensa maioria, que advém da exploração capitalista do trabalho, e da concentração de riqueza nas mãos da minoria, de um lado, e da gigantesca pobreza e miséria da maioria, de outro.

O PT e Lula, ao se negarem a defender o direito ao aborto, garantido e protegido pelo Estado, submeteram-se a uma das mais odiosas manifestações da opressão sofrida pela mulher trabalhadora. Certamente, essa posição típica de capituladores não é nova. De pouco serve para ocultar essa capitulação, a promessa de que no governo petista se resolverá um dos grandes problemas econômicos da discriminação, que é o salário desigual para função igual entre as mulheres e os homens. Os reformistas são incapazes e inconsequentes diante da necessidade de organizar os explorados contra todo tipo de opressão de classe.

O capitalismo em decomposição impulsiona as tendências mais reacionárias e obscurantistas frente a todas as manifestações discriminadoras, que recaem sobre os explorados. E nenhuma variante da política burguesa pode contrapor-se, de fato, às inúmeras manifestações da opressão social, apoiando-se na luta das massas contra a minoria opressora. Essa é uma tarefa que cabe à classe operária tomar em suas próprias mãos. Nenhum governo burguês combaterá as discriminações que são inerentes à exploração capitalista do trabalho. A ideologia religiosa da ultradireita bolsonarista se baseia nesse fundamento econômico-social, servindo a uma das frações burguesas e pequeno-burguesas que mais tende à política ditatorial e fascizante. O fundamental, porém, está na evidência de que o PT e Lula se mostram impotentes em quebrar a espinha dorsal da ultradireita, que, no momento, se identifica com o bolsonarismo. Esse é um dos perigos mais visíveis das ilusões democráticas dos explorados nas eleições.

As promessas de Lula, ainda que mesquinhas, não poderão ser cumpridas. As travas econômicas ao crescimento não permitem. Caso Bolsonaro vença, vai continuar com os ataques aos direitos trabalhistas elementares e com a proteção a setores capitalistas, como já vinha fazendo. Quanto a isso, a diferença entre um governo de Lula e de Bolsonaro será de aspecto e de grau. No fundamental, a classe operária, os demais explorados e a juventude continuarão a arcar com a

decomposição do capitalismo, que é de ordem mundial. As diferenças quanto ao funcionamento da democracia oligárquica não decidirão quanto à necessidade de a burguesia sacrificar ainda mais a força de trabalho em benefício do capital.

Não há outro caminho para enfrentar essas variantes da política burguesa, a não ser o da luta organizada e unida da classe operária e da maioria oprimida. Esse chamado do Partido Operário Revolucionário (POR) - para que os explorados não confiem nas eleições, confiem em suas próprias forças, lutem por um programa próprio de reivindicações, exijam a independência dos sindicatos diante da política burguesa e votem nulo - foi desenvolvido no primeiro turno das eleições. Nestes momentos finais da disputa entre Lula e Bolsonaro, o POR afirma e reafirma esse chamado. O POR tem a certeza de que foi correto usar a tribuna das eleições, para mostrar o caminho da independência política e organizativa dos oprimidos, diante da disputa eleitoral pela substituição de um governo burguês por outro, ou pelo continuísmo.

Reafirmamos o programa que defendemos desde o início da disputa eleitoral. Eis: 1) redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários; 2) volta da contratação direta pelas empresas. Fim da terceirização. Efetivação imediata dos terceirizados. Nenhum trabalhador sem carteira profissional assinada; 3) implantação do salário-mínimo vital, calculado de acordo com as necessidades reais da família operária. Reajuste automático de acordo com o aumento do custo de vida; 4) aumento geral dos salários; 5) revogação da reforma trabalhista de Temer e da reforma previdenciária de Bolsonaro; 6) criação de um programa de moradia popular, controlado pelos próprios trabalhadores; 7) estatização do sistema privado de saúde e constituição de um sistema único, público e gratuito; 8) fim das privatizações e reestatização sob o controle operário da produção; 9) por um poder próprio dos explorados, por um governo operário e camponês.

Trabalhadores e juventude oprimida, lutemos por esse programa, com nossas forças e nossa capacidade de mobilização. Nenhuma ilusão nas eleições! Anule seu voto em defesa da independência de classe. Pela construção do Partido Operário Revolucionário (POR).

***Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR)***

# **Lula vence as eleições presidenciais**

## ***À classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida***

*30 de outubro de 2022*

A derrota de Bolsonaro se deu já no primeiro turno. Foi confirmada no segundo turno, porém, por uma margem bem menor de votos. Não foi surpreendente o acirramento da polarização. Bolsonaro teve a seu favor a máquina do Estado e o apoio ativo de poderosos grupos econômicos. Usou-os o quanto pôde. Mas o fator principal de sua capacidade de mobilização e radicalização eleitoral se encontra na vasta classe média urbana e rural. Trata-se de uma classe cuja posição social estabelecida entre a burguesia e a classe operária lhe permite defender interesses e privilégios particulares. Sem que suas camadas mais pobres, que é grande em relação às camadas mais ricas, estejam sob a direção da política revolucionária do proletariado, essa classe intermediária é extremamente conservadora e egoísta. Nas condições de agravamento da crise econômica e social, como a que predomina no Brasil, a classe média pode servir a uma variante mais reacionária, obscurantista e fascistizante da política burguesa.

Esse fenômeno se manifestou claramente na contundente polarização eleitoral, que dividiu as massas oprimidas. Em seu desenvolvimento, parte da classe operária – empregada, desempregada, subempregada – também foi arrastada pela pressão dos aparatos que agiram fartamente em favor de Bolsonaro. Mas, o fundamental está em que a rejeição a Lula e ao PT esteve abrigada e potenciada na classe média, de onde a direita e ultradireita bolsonaristas extraíram sua força de mobilização eleitoral.

Distintamente, a candidatura e campanha eleitoral de Lula estiveram, em grande medida, apoiada na classe operária e nas camadas mais pobres e miseráveis da população. Pode-se dizer que a derrota de Bolsonaro se deveu a que a maioria dos mais explorados, portanto, dos mais oprimidos, viu em seu governo um algoz. Os dois anos de Pandemia – de mortes mas-

sivas, de demissões, de fechamento de fábricas e de escalada da miséria e fome – mostraram a face burguesa do governo da ultradireita. Sem dúvida, uma camada importante da classe média, mais sofrida e esclarecida, acabou sendo influenciada pela campanha do PT, de denúncia e crítica à política obscurantista e retrógrada do bolsonarismo. Para isso, observa-se a importância de notórios representantes do empresariado, do pensamento burguês democratizante e da oposição que concorreu na “terceira via” terem se aproximado da candidatura de Lula e, finalmente, declarado o voto no petista. Não deixou de ser importante o fato de uma camada da classe média urbana ter resistido às pressões do bolsonarismo. Mas, foram os mais pobres e miseráveis, vinculados ou provenientes da classe operária, que decidiram as eleições em favor de Lula.

Essa composição de classe, que caracterizou a polarização da disputa eleitoral, se manifesta nos centros urbanos, no interior e nas regiões, que ocupam lugares diferenciados no quadro do desenvolvimento desigual e combinado da economia e das relações sociais. Não por acaso, o Nordeste esteve na linha de frente do apoio a Lula. Mas, uma boa votação do petista no Sudeste foi decisiva. Bolsonaro foi derrotado no Nordeste e Norte, mas esteve perto da vitória, com a gigantesca expressão alcançada no Sul e Sudeste, sem falar do Centro-Oeste. No fundo da disputa eleitoral, verificada por região e estado, se encontram as condições econômicas, as relações de classe e a projeção social da pobreza e miséria. É sobre essa base que se elevam as forças partidárias, que compõem o quadro da política burguesa, e que encarnam os interesses particulares e oligárquicos da classe minoritária exploradora e oprimida da maioria explorada.

A vitória de Lula não corresponde às necessidades e interesses da maioria oprimida, como se tem procurado interpretar por uma avaliação de esquerda. Não é porque venceu a disputa pela presidência da República contra o candidato da ultradireita que o petista representa a maioria mais atingida pela exploração e pela crise, que vem decompondo o capitalismo, no Brasil e no mundo. As massas foram divididas e arrastadas por candidaturas distintas quanto à orientação política, mas de conteúdo burguês comum. As promessas de erradicar a fome são palavras ao vento. Lula já governou o

País por dois mandatos, e a miséria e a fome apenas foram maquiadas com os programas assistenciais. Nada melhor que as experiências. Qualquer que seja o governo – independente de sua orientação política mais à esquerda ou à direita, mais propenso ao protecionismo ou ao liberalismo, mais comprometido com o estatismo ou com o privatismo – será um administrador provisório dos interesses gerais da burguesia e, em particular, dos que correspondem ao grande capital. Dizemos administrador provisório, porque será substituído por outro, assim que não mais servir à burguesia, e as massas perderem as ilusões que as levaram a confiar na possibilidade de mudança a seu favor.

Lula e o PT tiveram seu momento de ascensão e queda, agora aproveitam a oportunidade de retornar à presidência galgados pela confiança que a maioria oprimida ainda conserva neles e, sobretudo, pela dura experiência que tiveram com os governos de Temer e Bolsonaro. As contrarreformas trabalhista e previdenciária, a implantação da terceirização, a destruição de direitos trabalhistas, o alto desemprego e o impulso ao subemprego colocaram os trabalhadores, os pobres e miseráveis em posição antagônica a esses dois governos francamente antioperários e antipopulares. Por outro lado, as dificuldades econômicas crescentes provocaram atritos no interior da própria burguesia. Uma fração foi se desprendendo de Bolsonaro. É sobre a base dessas condições que Lula volta à presidência, sem, contudo, impor uma derrota esmagadora ao seu adversário de ultradireita.

A diferença de 60,3 milhões para 58,2 milhões de votos é pequeníssima. Bastam esses números para se ter a ideia do quanto Bolsonaro e o bolsonarismo poderão assombrar o governo de Lula. O Congresso Nacional permanece sob o controle do “Centrão”. Nas principais regiões e estados, a força do bolsonarismo se manteve em pé. Lula e o PT saíram das eleições com a presidência da República, mas com uma dívida e um grau de dependência elevadíssimos, perante os partidos e politiquês de centro-direita. Eis por que Lula deixou claro à própria direção do PT que seu governo será de frente ampla. A função do seu vice, Geraldo Alckmin, é a de precisamente servir de instrumento do governo de coligação e de ligação com os diversos setores da classe capitalista. Não por acaso, a

candidata da terceira via derrotada, Simone Tebet, se colocou imediatamente como cabo eleitoral de Lula. Está aplainado o caminho para a frente ampla com o PSDB e MDB, que em 2016 foram os principais responsáveis pelo golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff.

Em seu discurso de vitória, Lula levantou a bandeira de “pacificação” do País. Explicou que não existem “dois Brasis”, e que o povo é um só. Espera-se que, passado o momento de beligerância eleitoral – que chegou a episódios de gangsterismo com a resistência armada de Roberto Jefferson à ordem de prisão e com a perseguição da deputada Carla Zambelli de arma em punho a um petista – as forças burguesas em conflito abaixem a guarda. Pretende-se restabelecer a harmonia dos poderes do Estado, abalada pelos conflitos do Executivo e Judiciário. E objetiva-se estabelecer uma relação de colaboração entre o novo governo e o Congresso Nacional. A “pacificação” almejada é uma condição para que Lula arme um governo capaz de servir à burguesia da melhor forma possível. Assim, a burocracia sindical poderá cumprir sua função de apoio ao governo burguês de frente ampla.

Diante do governo de Bolsonaro, as centrais e sindicatos, em sua imensa maioria, praticaram a política de colaboração de classes, desde a oposição, aguardando o naufrágio da governabilidade e a volta de Lula como caudilho eleitoral. Agora, diante do governo Lula, deixam de estar na oposição, e passam a ocupar a trincheira de defesa da governabilidade. Recompõe-se, portanto, a política de colaboração de classes praticada sob os governos passados de Lula e Dilma.

Se se confirmarem as previsões dos organismos internacionais, de que está no horizonte uma recessão econômica abrangente, o Brasil poderá ser ainda mais afetado. Pelo visto, com o recrudescimento da guerra na Ucrânia, tal prognóstico tem tudo para se confirmar.

A “pacificação” pretendida por Lula, portanto, vem no sentido de dar ao novo governo condições de enfrentar as tendências instintivas de revoltas dos explorados. A pacificação na política burguesa, em relação à necessidade da classe operária e dos demais oprimidos se defenderem com a luta coletiva, é reacionária. Trata-se de o governo unir as forças burguesas no interior do Estado para reagir contra possíveis levantes de massa. Todo

palavreado de defesa da democracia, envolvido pelo palavreado de eliminação da fome, oculta a orientação pró-capitalista e pró-imperialista do governo que se constituirá em janeiro. Nem bem se confirmou a vitória de Lula, Biden dos Estados Unidos, Macron da França e Borrell, chefe da União Europeia, reconheceram o resultado eleitoral, antecipando-se a qualquer tipo de resistência de Bolsonaro em admitir a derrota.

Do conjunto desses acontecimentos, vemos que a política burguesa promoveu uma profunda divisão entre a maioria explorada. Lula e Bolsonaro exploraram, cada um a sua maneira e objetivo, o máximo possível a polarização no seio dos explorados. Esse é o tipo de divisão e antagonismo que serve tão somente à classe burguesa, uma vez que minam todo esforço de organização independente da classe operária e dos demais trabalhadores diante de seus exploradores.

O Partido Operário Revolucionário fez a campanha sob as bandeiras: “não confiar nas eleições, confiar em nossas próprias forças; por um programa de reivindicações próprio dos explorados; em defesa da independência política das organizações sindicais; vote nulo! Vimos que caiu o número de votos nulos e brancos, o que também resultou da polarização. O POR teve, assim, de nadar contra a poderosa correnteza eleitoralista.

Não temos a menor dúvida de que o governo Lula será de ataque à vida da maioria oprimida. Não porque queira, mas porque as contradições da crise econômica obrigarão o novo governo a tomar medidas antioperárias, e a viabilizar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro. E as centrais, sindicatos e movimentos serão ainda mais estatizados, para servir de instrumento de apoio ao governo. A luta pela independência política e organizativa do proletariado continua sendo a grande tarefa. É preciso, desde os primeiros dias de Lula na presidência, que a vanguarda com consciência de classe denuncie o conteúdo burguês do novo governo de frente ampla, e trabalhe por organizar os movimentos em defesa do programa próprio de reivindicações. Isso sem descuidar, um só segundo, de responder as ações da ultradireita e de combater as tendências fascizantes encarnadas pelo bolsonarismo. É com o programa e a estratégia da revolução proletária que o Partido Operário Revolucionário continuará a luta pela organização independente dos explorados.

## O que significa um governo de frente ampla?

*2 de novembro de 2022*

Nas manifestações do “Fora Bolsonaro e Impeachment”, o PT, PCdoB, PSB e direções das centrais sindicais pretenderam trazer para o movimento o PSDB e MDB, principalmente. Era a forma de aplinar o terreno para constituir uma candidatura de frente ampla, em torno a Lula. Uma fração do PSDB tentou se aproximar dessa articulação, que acabou naufragando. O problema estava em que setores da burguesia insistiam em estruturar a denominada “terceira via”, que finalmente se concretizou com a candidatura de Simone Tebet.

No PSDB, eclodiu uma crise política sem precedente na história desse partido, que se pretendeu reproduzir uma variante socialdemocrata no Brasil. O governador de São Paulo, João Doria, ganhou a convenção para ser o candidato de oposição, alternativo ao do PT. Acabou defenestrado do partido, que, finalmente, se enfileirou por trás de Simone Tebet, renunciando assim a uma candidatura própria. A candidatura de Ciro Gomes, do PDT, não poderia ser uma variante capaz de se colocar na condição de terceira via. Imperou a polarização entre Lula e Bolsonaro. Simone e Ciro foram esmagados, não podendo jogar papel algum de importância eleitoral.

Concluído o primeiro turno com Lula à frente, as forças partidárias da terceira via se dividiram, sendo que uma fração se inclinou para Bolsonaro. Mas, aqueles que se aglutinaram mais firmemente à candidatura de Simone, na condição de centro-direita, aderiram a Lula. O fato do ex-governador de São Paulo e ex-PSDB, Geraldo Alckmin, ocupar o lugar de vice na chapa petista, manteve uma porta aberta para a entrada dos derrotados da terceira via, que não poderiam debandar para as hostes da ultradireita bolsonarista.

É bom lembrar que o movimento inconfundivelmente burguês “Em defesa da Democracia e do Estado de Direito” uniu Lula, Simone e Ciro. Criaram-se, portanto, todas as condições para tornar a frente restrita de amparo a Lula-Alckmin em frente ampla de oposição ao bolsonarismo, que ameaça a democracia, e que se orienta no sentido de um golpe. Embora

as condições políticas inviabilizassem a via golpista, e Bolsonaro se visse obrigado a se sujeitar à disputa com Lula, permaneceu a conveniência da bandeira oposicionista de “defesa da democracia”, para assim se chegar ao objetivo original do PT de constituir a frente ampla.

O fato de Lula e do PT continuarem como uma alternativa diante da crise de governabilidade os colocou como polo reaglutinador da oposição burguesa. É necessário lembrar que o PSDB e MDB, circundados pelo Solidariedade e pela Força Sindical, estiveram à frente do golpe institucional que derubou o governo de Dilma Rousseff. Lula, o PT, sua frente partidária dita de esquerda e a burocracia sindical não estenderam as mãos simplesmente por condescendência aos seus algozes, nem tampouco somente pela necessidade de arregimentar votos. Tudo isso é certo, mas o fundamental está em que, se Lula vencer, terá de constituir imediatamente um governo de coalizão com essas forças. Não há dúvida de que a decisão de Simone Tebet, de abraçar a candidatura de Lula-Alckmin de corpo e alma, vem ajudando a levantar barreiras ao perigoso avanço eleitoral de Bolsonaro. Mas, certamente, o essencial desse processo é que se consolidou uma frente ampla, sob a perspectiva de um governo de coalizão.

Uma parcela temerosa do empresariado, principalmente do capital financeiro, se diz mais tranquila. O motivo está em que, tendo em vista a composição do Congresso Nacional predominantemente de centro-direita, e a obrigatoriedade de Lula ter de cumprir os compromissos assumidos com Alckmin, a coalizão acabará impondo os limites da governabilidade aos petistas mais “heterodoxos”, ou seja, mais propensos às medidas de afrouxamento monetário-fiscal e ao assistencialismo populista.

No Ato político realizado no TUCA/SP, procurou-se selar um compromisso público da frente ampla. Lula mostrou que, se eleito, cumprirá o objetivo de distribuir os cargos entre os aliados do primeiro e do segundo turno. Afirmou: “Nosso governo não será um governo do PT.” E chamou a atenção da direção do partido: “É importante, Gleisi, você que é presidente, saiba que nós precisamos fazer um governo além do poder do PT”. As forças da terceira via, portanto, terão um enorme peso nos rumos da governabilidade. Nota-se que os partidos

oposicionistas, rejeitados eleitoralmente pela imensa maioria da população, se elevam ao poder pelas mãos de Lula, cujas ordens são acatadas incontinentemente pela direção petista, e às quais se sujeitam as alas mais à esquerda do partido.

Por trás dessa operação típica da política burguesa, arrastasse de conjunto a burocracia sindical. A unidade burocrática em torno à estratégia da frente ampla foi tão grande, que até mesmo a Força Sindical se alinhou à candidatura de Lula. É nessas condições que o Partido Operário Revolucionário utilizou a disputa eleitoral como tribuna para divulgar e explicar à classe operária, aos demais explorados e à juventude, a necessidade absoluta da independência de classe diante dos partidos da burguesia, da luta por um programa próprio de reivindicações, da posição política de não confiar nas eleições como via de solução de suas aspirações, da obrigatoriedade de se colocar estrategicamente pela revolução proletária e pela constituição de um governo operário e camponês. Nesse sentido, e com esse conteúdo classista, o POR fez a campanha pelo voto nulo.

Domingo, dia 30, as massas voltam às urnas, confundidas, engadas e arregimentadas. Sequer foi possível se destacar uma fração do proletariado em oposição revolucionária a esse processo de substituir um governo burguês por outro. Até mesmo as esquerdas (PSTU, PCB e UP), que lançaram candidaturas próprias, não escaparam da arregimentação no segundo turno. Esse acontecimento expõe a profundidade da crise de direção e a necessidade imperativa de potenciar o Partido Operário Revolucionário (POR).

Não temos dúvida de que, seja Lula, seja Bolsonaro, o vencedor, será mantida a luta contra a política da ultradireita, bem como contra a política da centro-esquerda. A experiência vem mostrando que não é possível quebrar a espinha dorsal das tendências fascizantes da burguesia, que se abriga no seio da classe média que vem se arruinando dia a dia, sem arrancar a política de conciliação de classes, que predomina nos sindicatos, e que mantém o proletariado subordinado às divisões interburguesas.

# Derrotar os bloqueios e manifestações golpistas de Bolsonaro e seus seguidores

*2 de novembro de 2022*

Era esperado que Bolsonaro e seus aliados não aceitassem a derrota eleitoral para Lula. Eis por que os bloqueios dos caminhoneiros e as manifestações em frente aos quartéis, pedindo a intervenção militar, são consequências de uma política autoritária, ultradireitista e fascizante.

A bandeira de golpe militar e estabelecimento de uma ditadura, sob o comando de Bolsonaro, vem sendo desenvolvida bem antes da campanha eleitoral. Bolsonaro e seus generais somente não puseram em prática um plano escabroso de anular o processo eleitoral, porque as condições econômicas e políticas não permitiram. E, agora, diante da derrota no segundo turno, Bolsonaro e seus generais não se lançaram pela anulação das eleições, porque resultaria em um golpe de Estado, que teria tudo para fracassar. Sem uma unidade mais ou menos ampla da burguesia e o apoio do imperialismo, um golpe seria uma aventura temerária. Não basta que importantes camadas da classe média acreditem e queiram um golpe para supostamente protegê-las da crise econômica, para que Bolsonaro e seus generais se lancem a uma empreitada dessa natureza. Eis por que setores do próprio bolsonarismo reconheceram a vitória de Lula, e aconselharam Bolsonaro a fazer o mesmo.

O fato de o derrotado guardar silêncio de quase dois dias para se pronunciar, dando a entender que não havia mais o que fazer, a não ser admitir a volta de Lula à presidência da República, serviu para que os bolsonaristas, vinculados aos caminhoneiros, promovessem os bloqueios e manifestações em quase todo o país. A bandeira dos caminhoneiros e das manifestações, de anulação das eleições, no entanto, não poderia ser imposta, uma vez que corresponderia a um golpe de Estado.

A extrema polarização política, por si só, não permite que Bolsonaro e seus generais possam pisar em um solo firme, para anular a sua derrota eleitoral e eliminar a vitória do seu adversário. Nessas condições, Bolsonaro agradeceu aos manifestantes, mas os desaconselhou a manterem por mais tempo

os bloqueios. Finalmente, o próprio Estado teve de utilizar os meios policiais, para demover os caminhoneiros de sustentarem o fechamento de rodovias. Isso quando começava a ocorrer a resistência popular contra os golpistas, ainda que pontuais. Mesmo assim, os bloqueios não foram completamente desmontados. Contam com forças econômicas e políticas, que lhes possibilitaram parar as rodovias e prolongar os protestos.

As direções das centrais e sindicatos não fizeram senão pedir a intervenção do Estado e o respeito à democracia. Essa passividade e a dependência diante das forças repressivas do Estado favorecem a reação bolsonarista. Somente a classe operária, organizada e independente, pode enfrentar as tendências ultradireitistas e fascizantes que se abrigam no seio da burguesia, e que arrastam parcelas imensas da pequena burguesia (classe média). Não será com intervenção do Estado burguês e com os métodos policiais que se quebrará a espinha dorsal do movimento golpista e fascizante, que se fortaleceu sob o governo de Bolsonaro. Ao contrário, será com os métodos da luta de classes que o proletariado e demais trabalhadores quebrarão a espinha dorsal das forças golpistas.

A vitória de Lula não resulta em derrocada da ultradireita, que continuará se apresentando como um recurso da burguesia, a depender do desenvolvimento da crise econômica e política, e, principalmente, do agravamento da luta de classes no próximo período. Uma grande mobilização organizada pelas centrais, sindicatos e movimentos se colocou no momento em que se ergueram os bloqueios e as manifestações pró-golpe. Esse é o caminho proletário para enfrentar o bolsonarismo e toda a política burguesa com o programa, os meios e os métodos da luta de classes. Foi e tem sido um mal sinal o fato das direções sindicais e populares se negarem a pôr em pé imediatamente um movimento nacional de resistência ao golpismo, e recorrer ao pedido de intervenção das forças repressivas do Estado. Forças essas que servem tão somente para atacar e esmagar as lutas operárias, camponesas e populares.

O Partido Operário Revolucionário (POR) – que defendeu as bandeiras de “Não confiar nas eleições, confiar em nossas próprias forças” e “Voto Nulo” – levanta agora as bandeiras de “Abaixo o golpe de Estado!”, “Derrotar os bloqueios e manifestações golpistas”. “Que as centrais, sindicatos e movimen-

tos organizem imediatamente uma resistência permanente às tendências ditatoriais e fascizantes do bolsonarismo”.

A principal forma de lutar contra a reação bolsonarista no próximo período é a de organizar o movimento operário, camponês e popular em defesa de um programa próprio de reivindicações, e garantir a total e completa independência das organizações operárias diante do governo Lula, que cumprirá a função de um novo governo burguês. A luta contra os bolsonaristas não pode e não deve ser canalizada para a sustentar o governo Lula. É com a independência de classe, com o programa de reivindicações, e com os métodos próprios dos explorados que a classe operária e demais oprimidos se emanciparão de todas as variantes da política burguesa. Lutar contra o golpismo bolsonarista é lutar contra toda e qualquer forma de política burguesa.

*Derrotamos os golpistas com a política proletária!*

## O significado do movimento golpista

*13 de novembro*

Estava claro que não havia como o bloqueio dos caminhoneiros e as manifestações em frente aos quartéis concluírem com um golpe de Estado. A tentativa dos bolsonaristas mais radicais de anular as eleições nasceu morta. A fração burguesa que esteve por trás da candidatura de Bolsonaro não iria se aventurar a ações, que envolvessem um levante nos quartéis. Em particular, no que respeita à parcela do agronegócio, a consecução de uma aventura golpista seria prejudicial, sabendo que terá de conviver com o novo governo indesejado.

A raiva dos caminhoneiros e dos manifestantes foi expressão mais clara do descontentamento das camadas de classe média, que serviram de amparo social à campanha eleitoral do candidato da ultradireita. Por outro, a vitória de Lula esteve nos cálculos de uma fração burguesa, que já não via condições de continuar sustentando o governo de Bolsonaro. Há que considerar também a posição decisiva do governo norte-americano e francês, de que o resultado eleitoral fosse acatado pelas hostes de Bolsonaro, que incluíam importantes

representantes das Forças Armadas e do aparato policial.

Os bloqueios foram classificados de “baderna” pela grande imprensa. Esse instrumento da burguesia joga um papel de primeira importância, tanto para promover um golpe de Estado, quanto para o dissuadir. Eis por que Lula, o PT e a frente ampla burguesa que se formou no segundo turno ficaram praticamente de braços cruzados, à espera de que a solução viesse do próprio Bolsonaro. Sob intensa pressão dos vencedores e de seus apoiadores, mesmo que circunstanciais e cheio de senões, o derrotado se viu obrigado a pedir o fim da conflagração.

A polícia não teve trabalho em maquiagem uma repressão, com a tropa de choque soltando algumas bombas de efeito moral. Um contingente da Polícia Rodoviária Federal (PRF) chegou a ajudar os caminhoneiros, mas não pôde ir além da passividade. No segundo turno, houve um precedente. O PT e aliados tiveram de denunciar o comandante geral da PRF, por fazer bloqueios de estradas, principalmente no Nordeste, sob a justificativa de inspeção e segurança nas rodovias, com um claro objetivo de aumentar a taxa de abstenção, que seria favorável a Bolsonaro.

Nota-se que boa parte das Forças Armadas e das polícias esteve perfilada em torno à candidatura de Bolsonaro. O braço armado do Estado burguês é que, em última instância, decide e executa um golpe. O que se passou em 1964 e os anos de ditadura militar que se seguiram são provas da mecânica de um golpe.

O fato de o golpe ter sido inviável, no entanto, não pode ser motivo para desconhecer que despontou um movimento reacionário concreto, cujo objetivo era o de exortar as Forças Armadas e as polícias a protagonizarem um golpe contra o resultado eleitoral. O fundamental do ocorrido não reside no fracasso do golpe, que era previsível, mas sim na disposição de um setor pequeno-burguês e burguês de inviabilizar a posse de Lula. Essa força social agiu baseada na profunda polarização que dividiu as massas quase ao meio.

A pequena margem de votos que deu a vitória ao candidato petista e o enorme desempenho eleitoral de Bolsonaro no Centro-Sul, Sul e Sudeste estiveram na base da contestação do resultado de 30 de outubro. É preciso ainda agregar a força eleitoral da direita e ultradireita, que se expressou na eleição de grande número de parlamentares e de governadores. Não por

acaso, Lula e seus aliados tiveram de recorrer à frente ampla, incluindo os grandes partidos de centro-direita, que fracassaram na tentativa de viabilizar a denominada “terceira via”.

De maneira que o governo de Lula nasceu dependendo, de um lado, dos principais adversários, que encabeçaram o golpe institucional contra Dilma Rousseff, em 2016; e acossado, de outro, pela direita e ultradireita alinhada ao bolsonarismo. É um indicador de que a maior probabilidade seja de que Lula fará um governo calcado em terreno insólito, senão em areia movediça.

Os aliados de centro-esquerda vão tirar o maior proveito das pressões da oposição encarnada por Bolsonaro e seus acólitos fascitizantes. O problema, portanto, está em observar como as tendências golpistas, que, por hora, foram dissuadidas de caminhar para uma aventura, vão se manter e se desenvolver.

O governo Lula e a frente ampla, sem dúvida, vão se utilizar das ameaças da direita e, principalmente, da ultradireita, para elevar ainda mais o grau de estatização das organizações sindicais e populares. A política de colaboração de classes tem tudo para assumir essa forma. A política proletária, obrigatoriamente, terá de combater entre dois fogos, que polarizaram a disputa pelo poder e arrastaram os explorados.

A imediata resposta do POR ao bloqueio dos caminhoneiros e às manifestações pela intervenção das Forças Armadas indicaram o curso da luta pela independência de classe dos explorados. De um lado, combater toda e qualquer ação da direita fascitizante, voltada a derrubar o governo petista; de outro, não prestar nenhuma forma de apoio à governabilidade burguesa que caberá a Lula.

Os petistas e parte das esquerdas saíram corretamente contra o movimento golpista, mas apoiando o governo eleito. Isso em nome da democracia e do Estado de Direito. Essas forças se alinham em torno à estratégia da defesa da governabilidade capitalista. O problema está em que arrastam as centrais, os sindicatos e os movimentos corporativos por trás de objetivos históricos opostos ao do proletariado.

As respostas da vanguarda com consciência de classe, ao contrário, estão determinadas pela estratégia da revolução proletária, que implica a luta pela tomada do poder do Estado e constituição de um governo operário e camponês. Esse é o

conteúdo de classe e o ponto central que emergiram no processo de polarização eleitoral, e que desembocaram no movimento golpista dos caminhoneiros, que esteve acompanhado de manifestações nas portas dos quartéis.

Como se vê, passadas as eleições, a crise política não apenas permanece, como tende a se agravar. A defesa do programa próprio dos explorados, desfraldado na campanha do Partido Operário Revolucionário, a aplicação dos métodos da luta de classes e o enfrentamento à política de colaboração de classes vão tomar novas dimensões sob o governo Lula e diante da oposição fascitizante dos bolsonaristas.

## Primeiros passos do governo Lula

*13 de novembro de 2022*

O vice-presidente, Geraldo Alckmin, tomou a frente da transição. Suas relações com a classe capitalista se consolidaram, quando governou o Estado de São Paulo, pelo PSDB. Bolsonaro, que evita reconhecer formalmente a vitória de seu adversário petista, fez uma deferência, recebendo Alckmin. Esse é o primeiro passo do governo Lula.

Não há nada de surpreendente. O ex-pessedebista compôs a chapa da frente montada pelo PT para servir de “ponte” com setores do empresariado, em especial com os da agropecuária e do agronegócio. Nada mais lógico que fosse destacado para chefiar a transição do velho para o novo governo. O mais significativo desse início de governabilidade se encontra no fato de a passagem de um a outro ocorrer em um clima de hostilidade e de prenúncio de que Lula estará em grande medida nas mãos de aliados do segundo turno, que compuseram a frustrada “terceira via”, e que estabelecerão os marcos de funcionamento do novo governo.

A supremacia dos parlamentares de centro-direita e de ultradireita no Congresso Nacional e a força dos governadores opositoristas, que se constituiu nos mais importantes estados da Federação, dão a dimensão de como e de quanto a volta de Lula à cadeira presidencial está e estará condicionada aos aliados derrotados, que se valerão da enorme pressão da oposição de direita e ultradireita, que comandam o “Centrão”.

Distintamente de 2003, quando Lula assumiu, pela primeira vez, a governabilidade do País, as condições econômicas são extremamente desfavoráveis, tanto internas quanto externas.

Os primeiros atos da transição mostram que Bolsonaro deixará um rombo nas contas públicas. O controle fiscal e a contenção da explosividade da dívida pública se devem muito a artificialismos orçamentários e à enorme economia que a reforma da Previdência conferiu ao Tesouro Nacional. Lula, porém, não pode mostrar às massas que o elegeram a jogatina promovida por Bolsonaro/Guedes.

O caso do “orçamento secreto”, por si só, revela uma das faces da jogatina. Ocorre que a transição e o início da nova governabilidade dependem precisamente dos bandidos que controlam o Congresso Nacional, e que se serviram da fraqueza de Bolsonaro para extorquir recursos nacionais. O presidente da Câmara, Arthur Lira, do PP, que foi a peça-chave de Bolsonaro no Legislativo, continua com a faca e o queijo nas mãos. Os parlamentares da nova base governista não têm outra via, a não ser se colocar no terreno das negociatas estabelecido por Lira e o “Centrão”.

Lula, de qualquer forma, herdará um orçamento arrebatado. E não poderá recorrer às massas oprimidas, para demolir os diques que represam e represarão as ações assistencialistas, que caracterizaram os governos petistas, e que deveriam continuar caracterizando. Represarão recursos para saúde, educação e obras públicas.

Eis por que as negociatas em torno à denominada “PEC da Transição” revelam a ponta do iceberg da crise política, que tende a se manter e a se agravar. Crise política que se vem desenvolvendo há muito, que teve seu ponto alto nas manifestações de 2013, no impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e, mais recentemente, nos abalos sofridos por Bolsonaro durante a Pandemia, cujos reflexos se manifestaram na polarização eleitoral.

Tudo indica que as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), de que recrudescem as tendências recessivas mundiais, podem confirmar-se. A economia brasileira, no próximo ano, não poderá ter um bom desempenho necessário para a afirmação do novo governo de frente ampla, que pretende superar as profundas divisões interburguesas, pacifi-

car a classe média assombrada pelo avanço da desintegração econômico-social do País, e manter a classe operária na maior passividade possível.

Mesmo que Lula consiga cumprir a promessa de manutenção do rebatizado “Bolsa Família” e de um raquítico aumento no salário-mínimo, logo os pobres, miseráveis e famintos verão que nada mudará para melhor, em suas vidas de trabalhadores superexplorados, desempregados e subempregados. Lula sossegou os capitalistas da indústria, dos serviços e do comércio, desfazendo o desejo de parte dos petistas em rever a reforma trabalhista. Ao contrário, se vem afirmando o curso das contrarreformas ditadas pelo grande capital e pelos financistas. A burocracia sindical está esperançosa com o aceno de Lula, durante a campanha, de que fará uma revisão da Lei Trabalhista, sem ter de optar pela revogação. Mas, tudo depende da decisão do Congresso Nacional, que, desde já, está controlado por oposicionistas abertos ou ocultos.

Os desequilíbrios econômicos e financeiros expressam as tendências predominantes do protecionismo e da guerra comercial em escala mundial. Há claras evidências internacionais de que a Pandemia e a guerra da Ucrânia ampliaram e aprofundaram o curso da crise iniciada de 2008. O Brasil somente não caiu mais fundo no fosso da retração econômica, devido a ser um grande exportador de commodities. O que conferiu potencialidade política a setores ruralistas, que se inclinaram para uma espécie de nacionalismo ultradiretista.

Essa vantagem, no entanto, não é suficiente para proteger as forças produtivas nacionais do processo de desintegração da economia mundial. Significa que, perdurando essa situação adversa, o desemprego e o subemprego continuarão a sacrificar os explorados; os salários não ganharão valor real, tendendo ao rebaixamento; a pobreza, miséria e fome continuarão a atingir milhões de brasileiros. Os primeiros passos do governo Lula se dão diante dessa realidade. Estão, já de início, em choque com as necessidades mais elementares da maioria oprimida.

Certamente, o novo governo conta com a colaboração das centrais, dos sindicatos e dos movimentos populares, para evitar que aflore o descontentamento, que levou a maioria dos explorados a rechaçar Bolsonaro e a eleger Lula. A profunda

crise de direção joga a favor da política de colaboração de classes, que serve à manutenção do Estado burguês e do poder dos capitalistas sobre a economia. Esse será o lugar ocupado por Lula e pelos traidores, que monopolizam a direção das organizações operárias e populares.

Mas, a crise de direção e a política de colaboração com os interesses dos exploradores não eliminam, nem impedem que as necessidades prementes das massas as levem à revolta, à luta de classes. É nas entranhas dessas necessidades e do descontentamento dos trabalhadores que a vanguarda com consciência de classe encontra as possibilidades de se contrapor ao novo governo burguês, e de reagir à ofensiva reacionária da ultradireita fascistizante. Com o programa, os métodos, a organização e a política independente próprios do proletariado, o destacamento mais abnegado e fiel às causas mais imediatas e históricas dos pobres da cidade e do campo lutará contra todas as medidas antinacionais, antioperárias e antipopulares do novo governo burguês.



---

Caixa Postal nº 630 - CEP 01059-970 - São Paulo  
*[www.pormassas.org](http://www.pormassas.org) -- [@massas.por](https://twitter.com/massas.por) -- [anchor.fm/por-massas](http://anchor.fm/por-massas)*

---